

**Grupo de Acompanhamento
das situações de violência sexual
de crianças e adultos vulneráveis
no contexto da Igreja Católica em
Portugal**

Relatório de Atividades IV
janeiro de 2026

FICHA TÉCNICA

Título:

Grupo VITA: Relatório de Atividades IV.

Autores:

Rute Agulhas, Joana Alexandre, Helena Carvalho, Alexandra Anciães, Jorge Neo Costa e Ricardo Barroso.

Referência sugerida:

Agulhas, R., Alexandre, J., Carvalho, H., Anciães, A., Neo-Costa, J., & Barroso, R. (2026). Grupo VITA: Relatório de Atividades IV. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa.

Edição:

Grupo VITA- Grupo de acompanhamento das situações de violência sexual de crianças e adultos vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal.

Design Gráfico e Paginação:

Teresa Menezes

Data da publicação:

Janeiro de 2026



*“Cada paróquia e atividade pastoral
deve ser um espaço para glorificar a
Deus e cuidar dos outros, especialmente
das crianças e das pessoas vulneráveis”.*

Papa Leão XIV, 2025.

Nota introdutória

Sumário executivo

1. Acolhimento, escuta e acompanhamento de vítimas e sobreviventes	19
1.1 Caracterização das vítimas e sobreviventes atendidos e dinâmicas das situações abusivas	23
1.2 Acompanhamento e encaminhamento	45
1.3 Projeto Sobre.VIVER	46
2. Sensibilização e capacitação	47
2.1 Sensibilização	48
2.1.1 A Igreja que Escuta – Diretrizes para encontros entre vítimas e sobreviventes e representantes da Igreja	54
2.1.2 Guia de Apoio e Escuta – Para familiares e amigos de vítimas e sobreviventes de violência sexual no contexto da Igreja Católica em Portugal	55
2.2 Capacitação	56
2.2.1 Congresso Internacional	57
2.2.2 Projeto Igreja + Segura	59
3. Investigação-Ação	61
3.1 Projetos de investigação concluídos	62
3.2 Programas de prevenção primária da violência sexual contra crianças no contexto da Igreja Católica em Portugal	66
3.3 Articulação com o Departamento Nacional da Pastoral Juvenil	67
4. Trabalho em rede e de articulação interinstitucional	69
4.1 Comunidade de Impacto Coletivo “Junt@s para Cuidar”	70
4.2 Processos de compensação financeira	71
4.2.1 Processo de elaboração do Regulamento	71
4.2.2 Pedidos de compensação financeira	72
4.2.3 Funcionamento da Comissão de Instrução	72
4.2.4 Pareceres concluídos e entregues à Comissão de Fixação das Compensações	74
5. Desafios, recomendações e propostas para o futuro	75
5.1 Dificuldades e desafios	77
5.2 Aspetos a melhorar / Recomendações	79
5.3 Continuidade do Grupo VITA e propostas para o futuro	81
6. Considerações finais	84

APEC - Associação Portuguesa de Escolas Católicas

CD - Comissões Diocesanas de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis

CEP - Conferência Episcopal Portuguesa

CI - Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa

CIRP - Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal

CNE - Corpo Nacional de Escutas

DGE - Direção Geral da Educação

ECN - Equipa de Coordenação Nacional das Comissões Diocesanas de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis

EMRC - Educação Moral e Religiosa Católica

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

IVCSVA - Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica

OA - Ordem dos Advogados

PGR - Procuradoria Geral da República

PJ - Polícia Judiciária

SNEC - Secretariado Nacional da Educação Cristã

UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Nota introdutória

O presente documento corresponde ao **quarto Relatório de Atividades do Grupo VITA**, abrangendo o período compreendido entre **janeiro e dezembro de 2025**. Na sequência dos relatórios anteriores, reafirmamos o compromisso deste Grupo em **registar, sistematizar e partilhar** as ações desenvolvidas desde a sua criação (em 2023), assegurando os princípios de cuidado, transparência e rigor que norteiam a sua missão de apoio especializado a vítimas e sobreviventes¹ de violência sexual no contexto da Igreja Católica em Portugal (daqui em diante, designada apenas por Igreja).

Nos **primeiros seis meses de atividade** (i.e., entre maio e dezembro de 2023), o Grupo VITA priorizou a definição de procedimentos de atuação, a criação dos primeiros recursos — como o site institucional (www.grupovita.pt) e os protocolos para a escuta de vítimas e sobreviventes —, a articulação com diversas estruturas eclesiais e entidades da sociedade civil, e a constituição de uma Bolsa de Profissionais especializados e supervisionados, destinada ao apoio psicológico e/ou psiquiátrico das vítimas e sobreviventes que o solicitassem.

Em **2024**, o Grupo VITA manteve como prioridade o processo de escuta, encaminhamento e acompanhamento das vítimas e sobreviventes, reforçando simultaneamente as ações de capacitação das estruturas da Igreja, com a publicação de mais recursos preventivos. Em paralelo, iniciou um Roteiro de Formação junto das Dioceses e dos diversos IVCSVA, e lançou uma linha de investigação em parceria com instituições académicas (ISCTE e UTAD), com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a violência sexual no contexto eclesial e desenvolver programas de prevenção universal da violência sexual, dirigidos a crianças dos 7 aos 9 anos e dos 10 aos 12 anos.

Em **2025**, o Grupo VITA consolidou e aprofundou os diversos eixos de intervenção, ampliando o alcance das suas iniciativas e reforçando o impacto social. Foram desenvolvidos novos recursos preventivos, adaptados às necessidades emergentes, e alargada a colaboração com um número crescente de entidades (nacionais e internacionais). Destaca-se a recente adesão do Grupo VITA a uma Comunidade de Impacto Coletivo, “*Junt@s para Cuidar*”², que junta mais de 40 representantes de diversas organizações, portuguesas e espanholas, unidas com a missão de impulsionar uma mudança social duradoura, exercendo influência a nível social e político.

Foi ainda apresentado o projeto *Sobre.VIVER*, inspirado nos princípios da justiça restaurativa, e que visa promover a escuta ativa e a reparação simbólica, envolvendo as vítimas e sobreviventes de forma significativa na definição de políticas e estratégias de prevenção.

¹ No presente relatório, o Grupo VITA segue a designação de “vítimas e sobreviventes”, adotada pela Comissão Pontifícia de Proteção de Menores.

² <https://puntodenube.com/cic/>

Nota introdutória

Foi igualmente iniciado o Projeto *Igreja + Segura*, uma iniciativa que visa criar ambientes de confiança e proteção nas instituições da Igreja Católica em Portugal, através de compromissos de prevenção, escuta e transparência, culminando num sistema de auditoria e certificação, alinhado com as orientações internacionais nesta matéria.

Em 2025 decorreu ainda um primeiro Congresso Internacional, que permitiu reunir diversos especialistas, nacionais e estrangeiros, em redor do tema da prevenção e da resposta da Igreja face à violência sexual.

Com a apresentação deste relatório, o Grupo VITA divulga também dois novos recursos – um *Guia de Apoio e Escuta - Para familiares e amigos de vítimas e sobreviventes de violência sexual no contexto da Igreja Católica em Portugal*; e *A Igreja que Escuta - Diretrizes para encontros entre vítimas e sobreviventes e representantes da Igreja*. Estes recursos vêm complementar os já existentes, considerando que a prevenção das situações de violência sexual – universal, seletiva e indicada – deve abranger não só as crianças, como também a família e a comunidade, numa lógica de atuação informada pelo trauma.

O Grupo VITA participou ainda no processo de atribuição de compensações financeiras às vítimas e sobreviventes de violência sexual (crianças e adultos vulneráveis), colaborando na elaboração do Regulamento que define os respetivos procedimentos e na constituição das Comissões de Instrução, responsáveis pela análise dos pedidos e pela emissão de pareceres, que são posteriormente avaliados pela Comissão de Fixação de Compensações. Nesta Comissão, o Grupo VITA encontra-se representado por dois elementos.

Alinhado com os relatórios anteriores, este **Relatório de Atividades** está estruturado em torno dos principais **eixos de intervenção do Grupo VITA**:

Eixo 1. Acolhimento, escuta e acompanhamento de vítimas e sobreviventes.

Eixo 2. Sensibilização e capacitação.

Eixo 3. Investigação-ação.

Eixo 4. Trabalho em rede e de articulação interinstitucional.

Para além da análise das ações desenvolvidas, o documento integra ainda um **capítulo final dedicado às propostas e perspetivas para o futuro**, assegurando uma visão abrangente e estratégica da atuação do Grupo VITA.

Sumário Executivo

Este sumário executivo sintetiza as principais atividades realizadas pelo Grupo VITA desde que iniciou funções, com especial destaque para o trabalho desenvolvido em 2025.

Está organizado da seguinte forma:

- Acolhimento, escuta e acompanhamento de vítimas e sobreviventes
 - Caracterização das vítimas e sobreviventes
 - Dinâmicas abusivas
 - Impacto das situações abusivas
- Sensibilização e Capacitação
- Investigação-Ação
- Trabalho em Rede e de Articulação Interinstitucional



1. Acolhimento, escuta e acompanhamento de vítimas e sobreviventes

Desde o início das suas funções, o Grupo VITA recebeu 850 chamadas telefónicas e foi contactado por 154 vítimas e sobreviventes, bem como por um agressor do sexo masculino. Foram ainda registados 43 pedidos de ajuda relativos a situações de violência que não se enquadram na sua missão, que foram devidamente encaminhados para as entidades competentes.

850 chamadas telefónicas
154 vítimas e sobreviventes

Entre as necessidades mais frequentemente identificadas pelas vítimas e sobreviventes destaca-se o apoio psicológico, com 34 pedidos, seguido do apoio social, com sete, e do apoio psiquiátrico, com cinco.

34 pedidos apoio psicológico
7 apoio social
5 apoio psiquiátrico

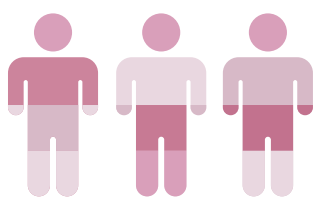
Em outubro de 2025 foi lançado o Projeto *Sobre.VIVER*, uma iniciativa que procura dar voz às vítimas e sobreviventes. Inspirado nos princípios da justiça restaurativa e da sinodalidade, o projeto cria um espaço seguro e empático para a escuta, a reparação simbólica e a participação ativa na definição de políticas e estratégias de prevenção. Este projeto conta atualmente com a participação de 24 vítimas e sobreviventes.

1. Acolhimento, escuta e acompanhamento de vítimas e sobreviventes

1.1 Caracterização das vítimas e sobreviventes escutados pelo Grupo VITA:

Caracterização socioedemográfica

As 86 vítimas e sobreviventes escutados pelo Grupo VITA, maioritariamente de modo presencial, apresentam, em média, 55 anos de idade, sendo maioritariamente do sexo masculino e solteiros. A maior parte reside na Área Metropolitana de Lisboa ou na região Norte do País. Trata-se, em geral, de uma população escolarizada, metade encontra-se profissionalmente ativa e cerca de 20% está reformada.



86 vítimas e sobreviventes
55 anos de idade
sexo masculino e solteiros

Dinâmicas abusivas

As situações de vitimização reportadas ocorreram entre 1955 e 2023, com maior incidência nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Cerca de 30% das vítimas e sobreviventes revelaram os abusos apenas agora e, em aproximadamente 20% dos casos, a primeira revelação foi feita diretamente ao Grupo VITA, não tendo sido apresentada denúncia a outras entidades competentes.

**1955 e 2023, com
maior incidência
nas décadas de 1960,
1970 e 1980**

**A idade mais frequente
da primeira ocorrência
situa-se entre os 10
e os 11 anos de idade**

A duração das situações abusivas variou entre 1 e 10 anos para cerca de 45% das vítimas e sobreviventes, sendo que metade destes casos se concentrou no intervalo de 1 a 2 anos. A idade mais frequente da primeira ocorrência situa-se entre os 10 e os 11 anos de idade. A maior parte das vítimas e sobreviventes vivia com a família à época dos alegados factos.

1. Acolhimento, escuta e acompanhamento de vítimas e sobreviventes

A quase totalidade das vítimas e sobreviventes identifica o agressor como sendo do sexo masculino e associado a contextos da Igreja. Os abusos ocorreram sobretudo em espaços religiosos – como o confessionário e a sacristia –, mas também em residências paroquiais, em casa particulares e em contexto de Seminário.

Os comportamentos sexualmente abusivos foram maioritariamente praticados pelo agressor sobre a vítima ou sobrevivente, destacando-se toques e carícias em zonas erógenas e a manipulação de órgãos genitais.

As estratégias usadas pela pessoa agressora incluem, sobretudo, abuso de autoridade, aproveitamento da relação de confiança e familiaridade, bem como engano, confusão e surpresa. A ausência de revelação à época dos factos esteve principalmente associada a sentimentos de vergonha, medo, culpa e receio de não serem acreditados.

Impacto das situações abusivas

A análise estatística do impacto global das situações de vitimização revela que uma maior duração dos abusos tende a intensificar as consequências físicas, emocionais, cognitivas e comportamentais. Identificaram-se níveis de impacto mais elevados entre vítimas e sobreviventes que, à data dos factos, não revelaram os abusos sobretudo devido a sentimentos de medo, vergonha, culpa ou receio de não serem acreditados.

Verificaram-se ainda diferenças emocionais estatisticamente significativas por sexo: vítimas e sobreviventes do sexo masculino apresentam níveis superiores de desesperança, enquanto vítimas e sobreviventes do sexo feminino revelam maior nojo, vulnerabilidade e falta de confiança.

2. Sensibilização e capacitação

2.1 Sensibilização

Regista-se um crescimento significativo de utilizadores do site do Grupo VITA e uma presença digital cada vez mais consistente nas redes sociais. Este envolvimento digital mereceu reconhecimento no último relatório da Comissão Pontifícia de Proteção de Menores³, que destacou o facto de o site ser informativo, atualizado e culturalmente sensível, valorizando particularmente a sua presença ativa no *Facebook* e no *Instagram*, sinal de uma aposta clara na comunicação e acessibilidade em contexto digital.

Com a apresentação deste relatório, disponibilizam-se também dois novos recursos: *A Igreja que Escuta*, com diretrizes para encontros entre vítimas e sobreviventes e representantes da Igreja, e o *Guia de Apoio e Escuta*, dirigido a familiares e amigos das vítimas e sobreviventes, considerando a relevância de uma abordagem holística ou sistémica em matéria de intervenção no âmbito da violência sexual. Estes recursos são o resultado da participação ativa das vítimas e sobreviventes que integram o Projecto Sobre.VIVER, ajudando na definição de políticas e estratégias de prevenção.

Ações de formação e capacitação

Estas ações já abrangeram 67% das dioceses e seis institutos religiosos, alcançando mais de 4800 pessoas.

Destaca-se também a realização do primeiro Congresso Internacional (*“Da Reflexão à Ação: O papel da Igreja Católica na Prevenção e Resposta à Violência Sexual”*), realizado a 27 de novembro, em Fátima, e que reuniu mais de 300 participantes. Nesse evento, que contou com a participação de oradores nacionais e estrangeiros, foi ainda apresentado o Projeto *Igreja + Segura*, que visa mobilizar diversas entidades da Igreja num processo estruturado de capacitação, orientado para a obtenção de uma certificação independente, seguindo orientações internacionais nesta matéria.

Em 2025 iniciou-se também um trabalho de maior proximidade com a APEC, com o objetivo de elaborar diretrizes de proteção e cuidado destinadas a todas as escolas católicas.

³ Tutela Minorum (2025). Relatório anual sobre políticas e procedimentos da Igreja em matéria de proteção: https://www.tutelaminorum.org/wp-content/uploads/2025/10/Portoghese_WEB.pdf

3. Investigação-Ação

Estudos de investigação

Foram concluídos cinco estudos de investigação e um outro encontra-se em fase de conclusão. Adicionalmente, está a iniciar-se um outro estudo, centrado na análise das perceções sobre sexualidade e da sua relação com comportamentos de risco, no contexto da Igreja Católica, com o objetivo de aprofundar a compreensão destes fenómenos e apoiar o desenvolvimento de futuras estratégias de prevenção em contexto eclesial.

Programas de prevenção primária da violência sexual

Estão disponíveis desde setembro de 2025 dois programas de prevenção primária da violência sexual no contexto da Igreja Católica – Programa *Girassol* e Programa *Lighthouse Game* – destinados a crianças do 1.º e 2.º ciclos, respetivamente, sendo que, em apenas três meses, 195 profissionais (professores de EMRC, catequistas e escuteiros, entre outros) já receberam formação nos mesmos. Estes programas serão apresentados no “VI Congresso Internacional Ibero-Americano de Bioética” e “XII Congresso de Humanização e Bioética”, que irão realizar-se no Brasil, em julho de 2026.

Manual de Boas Práticas e materiais de prevenção – Pastoral Juvenil

Em 2025, o Grupo VITA iniciou também um trabalho de maior proximidade com o Departamento Nacional da Pastoral Juvenil, com o objetivo de elaborar um Manual de Boas Práticas e desenvolver materiais de prevenção dirigidos aos jovens.

4. Trabalho em Rede e de Articulação Interinstitucional

Comunidade de Impacto Coletivo

O Grupo VITA integrou em 2025 a Comunidade de Impacto Coletivo (CIC), *“Junt@s para Cuidar”*⁴, que reúne organizações que trabalham com crianças e adolescentes e que procuram promover uma cultura de cuidado. Estas entidades já estão a transformar as suas próprias estruturas — muitas também no contexto da Igreja — e pretendem impulsionar uma mudança sistémica mais ampla. Reconhecem que os abusos são um problema social complexo e que só é possível avançar através de esforços conjuntos.

Processos de compensação financeira

Foram recebidos, até à data, 95 pedidos de compensação financeira. Onze destes pedidos foram arquivados liminarmente. Já foram entrevistadas 75 pessoas e os 9 pedidos mais recentes estão em fase de agendamento. Até ao momento, 91% dos pareceres foram já enviados à comissão responsável pela fixação das compensações.

⁴ <https://puntodenube.com/cic/>

Balanço de Atividades

Grupo Vita

Maio 2023 - 2025



850
Chamadas



154
Vítimas e
Sobreviventes

Site informativo e pedagógico
www.grupovita.pt

Canal de denúncias, acessível
através de linha telefónica
e-mail e formulário online



43
Sinalizações
fora de âmbito



1
Pedido de ajuda
de agressor

Bolsa de Profissionais
especialistas em trauma
(psicólogos e médicos
psiquiatras)

Articulação com diversas
entidades da Igreja e da
sociedade civil



75
Entrevistas para
compensação financeira e
elaboração de pareceres

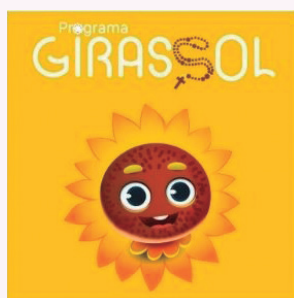


1
Congresso
Internacional



6
Estudos de
investigação

Prevenção primária ou universal



Recursos pedagógicos

- Manual de Prevenção
- KIT VITA
- Brochura para pais e cuidadores
- Brochura para jovens
- Brochura para crianças
- A Igreja que Escuta
- Guia de Apoio e Escuta



Ações de formação e capacitação



Projetos

- Sobre.VIVER
- Igreja + Segura

LINHA TEMPORAL







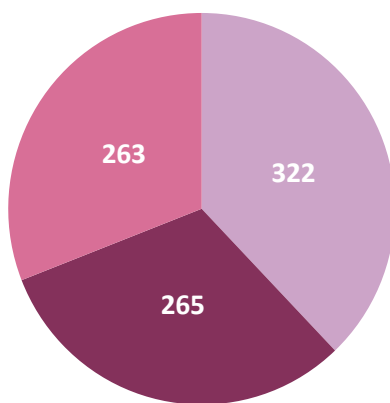
1.

Acolhimento, escuta
e acompanhamento
de vítimas e sobreviventes

Os canais de comunicação estabelecidos em 2023 para o acolhimento de vítimas e sobreviventes de violência sexual no contexto da Igreja — assim como para pessoas em risco de cometer, ou que já tenham cometido, crimes de natureza sexual — permanecem ativos e em funcionamento.



Desde que entrou em funcionamento e até dezembro de 2025, o Grupo VITA recebeu **850 chamadas telefónicas**. As chamadas recebidas encontram-se distribuídas da seguinte forma:



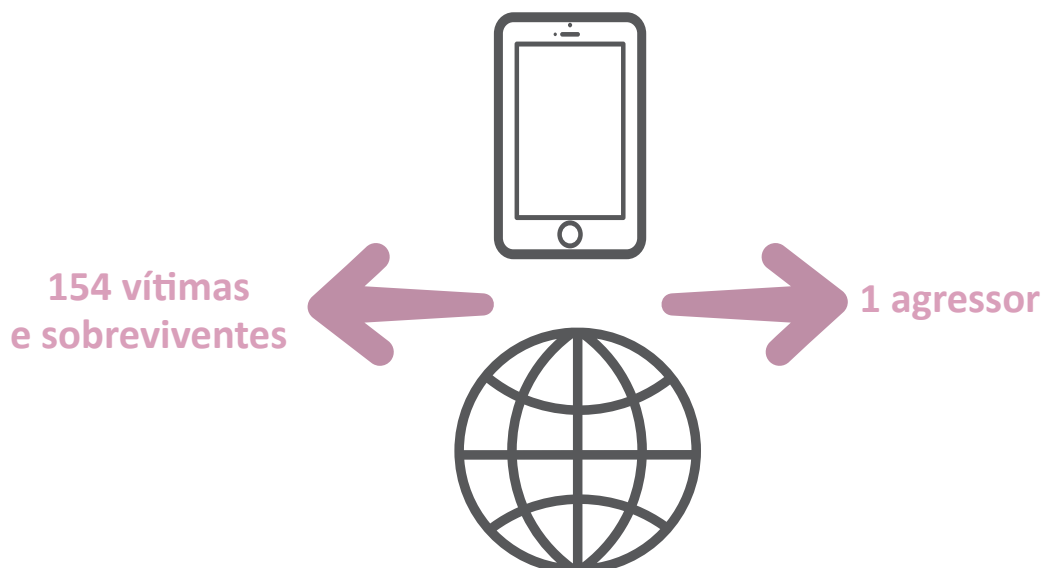
■ 2023 ■ 2024 ■ 2025

Gráfico 1. Chamadas telefónicas recebidas em 2023, 2024 e 2025.

Tal como já assinalado nos relatórios anteriores, as chamadas recebidas não dizem respeito exclusivamente a situações de violência sexual no contexto da Igreja. Diversas pessoas recorrem ao Grupo VITA para reportar outras ocorrências, que não se enquadram no âmbito da sua missão, e que são encaminhadas para as entidades competentes.

Pedidos de ajuda

Relativamente aos pedidos de ajuda por parte de vítimas de violência sexual e pessoas que cometem/cometeram crimes de natureza sexual no contexto da Igreja, dos contactos recebidos através da linha telefónica e do formulário do site, bem como do *e-mail* geral@grupovita.pt, foram identificadas **154 vítimas e sobreviventes de violência sexual** (69 em 2023, 49 em 2024 e 36 em 2025) e uma pessoa (leigo) que cometeu crimes sexuais no contexto da Igreja⁵.



⁵ Esta situação tinha já sido sinalizada às entidades competentes (penais e canónicas). Esta pessoa foi encaminhada para apoio psicológico para um profissional da Bolsa do Grupo VITA.

Violação do 6.º Mandamento do Decálogo

Das 154 pessoas que sinalizaram a situação junto do Grupo VITA, oito eram adultas que, à data da ocorrência, não preenchiam os critérios de adulto vulnerável. Nesses casos, as situações foram enquadradas como uma violação do 6.º Mandamento do Decálogo e comunicadas diretamente aos respetivos Bispos Diocesanos. Entre estas oito pessoas, quatro são do sexo masculino e quatro do sexo feminino.

Outros pedidos de ajuda

No total, 43 pedidos de ajuda (16 em 2023, 18 em 2024 e nove em 2025) referiam-se a situações fora do âmbito da missão do Grupo VITA, incluindo casos de alegada violência sexual intrafamiliar, violência doméstica, assédio laboral e maus-tratos físicos. Estas ocorrências foram encaminhadas para as entidades competentes.

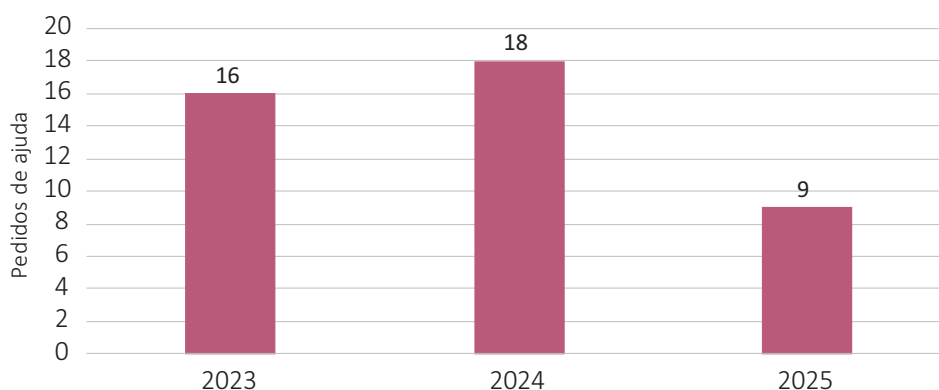


Gráfico 2. Outros pedidos de ajuda não enquadrados na missão do Grupo VITA.

1.1 Caracterização das vítimas e sobreviventes atendidos e dinâmicas das situações abusivas

Foram escutadas individualmente **86 vítimas e sobreviventes**, em sessões realizadas após recolha escrita de consentimento informado, e com uma duração média de 2h30 minutos. Considerando o total de atendimentos efetuados, verificou-se que a maioria (74.4%) recorreu exclusivamente ao Grupo VITA para relatar a sua situação, enquanto 25.6% dos casos haviam também sido sinalizados à ex-CI.

Caracterização sociodemográfica

A maioria das vítimas e sobreviventes é do sexo masculino (65.1%) com idades a variar entre os 21 e os 78 anos (Gráfico 3), sendo a média de idades de 54.5 anos ($DP = 12.6$ anos). Prevalece a nacionalidade portuguesa ($n = 84$, 97.7%).

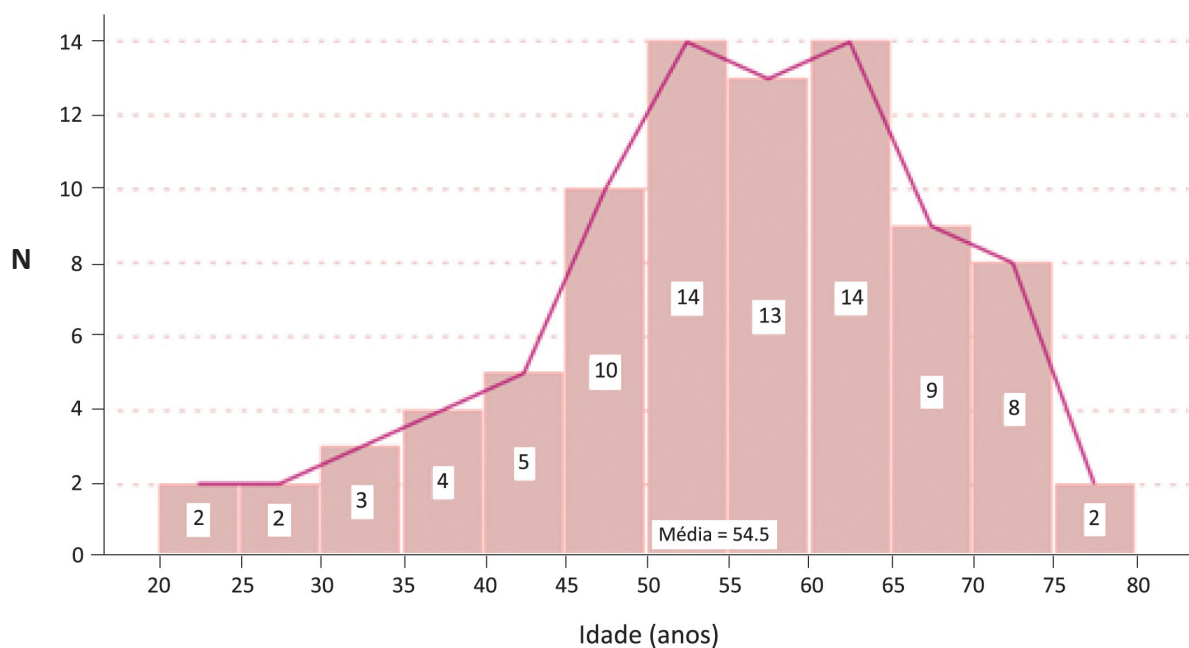


Gráfico 3. Distribuição da idade das vítimas e sobreviventes.

Como pode ser observado no Gráfico 4, a categoria “solteiro” é a mais frequente, representando 37.2% dos casos. Seguem-se as situações em que as vítimas estão “numa relação”, totalizando cerca de 30% (26.7% casadas e 3.5% em união de facto). Peso muito semelhante têm as vítimas e sobreviventes “divorciados” ou “separados” (que correspondem a 24.4% e 3.5%, respetivamente).

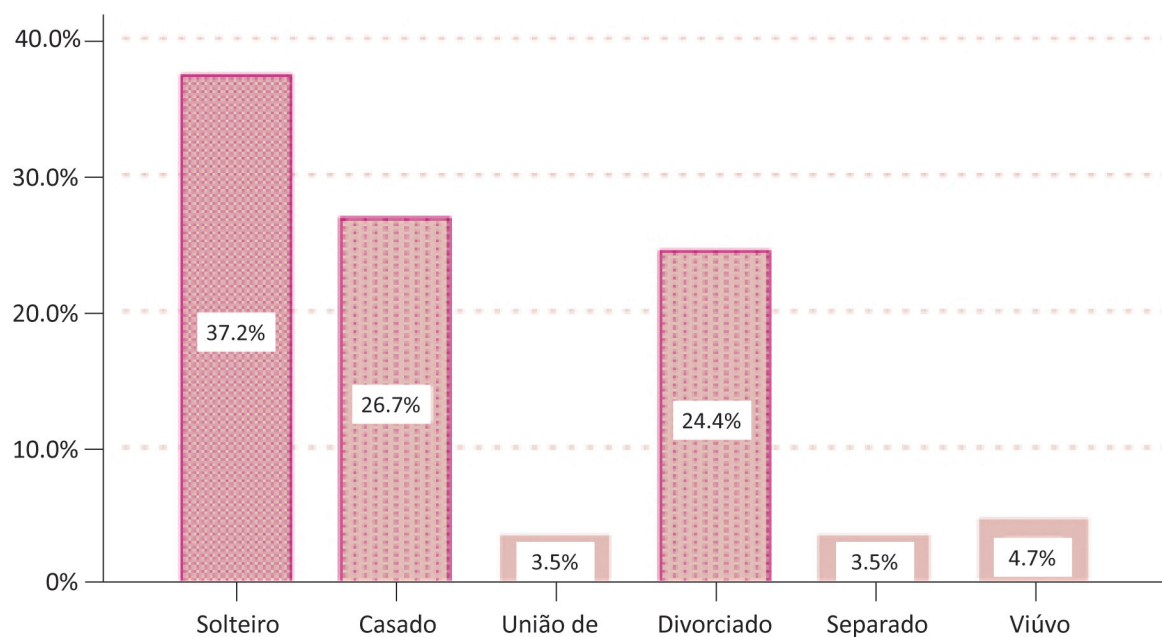


Gráfico 4. Estado civil das vítimas e sobreviventes.

A maioria tem filhos (60.5%) e, destes, quase 50% tem um a dois filhos (Gráfico 5).

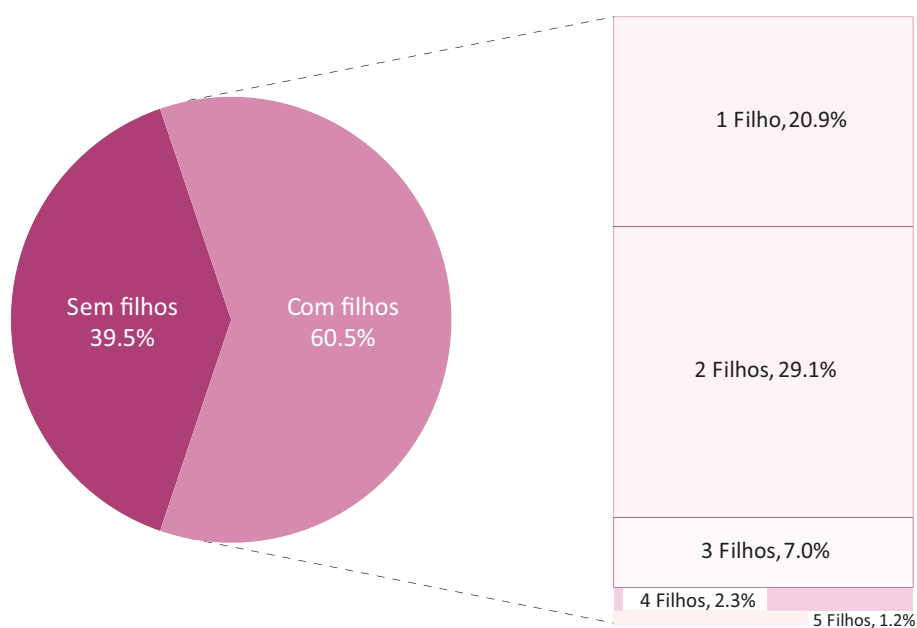


Gráfico 5. Existência e número de filhos entre as vítimas e sobreviventes.

Quanto à distribuição geográfica atual das vítimas e sobreviventes (NUTS II), destacam-se a Área Metropolitana de Lisboa (36.6%) e as regiões Norte (30.5%) e Centro (20.7%).



Figura 1. Localização geográfica atual das vítimas e sobreviventes.

No que se refere à caracterização de natureza social, verifica-se que:

- cerca de um quarto das vítimas e sobreviventes tem até ao 9.º ano de escolaridade, 29.1% completou o ensino secundário e 40.7% tem formação superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento);
- cerca de 50% encontram-se empregados, 18.6% estão reformados, 18.7% estão desempregados ou sem ocupação e apenas 4.7% encontram-se a estudar.

Entre as vítimas e sobreviventes que exercem atividade profissional, observa-se uma diversidade de áreas (Figura 2), destacando-se os *Serviços e Comércio* (n = 24) e as *profissões Técnicas e Científicas* (n = 13). As áreas da *Educação e Formação* e da *Saúde* apresentam um peso semelhante (n = 9 e n = 8, respetivamente).

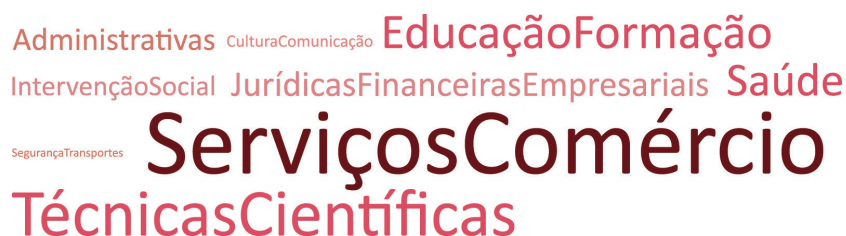


Figura 2. Distribuição das áreas profissionais das vítimas e sobreviventes.

A maioria das vítimas e sobreviventes consideram-se católicos (n = 51, 59.3%). Entre estes, 44.0% (n = 22) participa apenas ocasionalmente em serviços religiosos e 16.0% (n = 8) fá-lo uma vez por semana, ou não participa de todo (Gráfico 6).

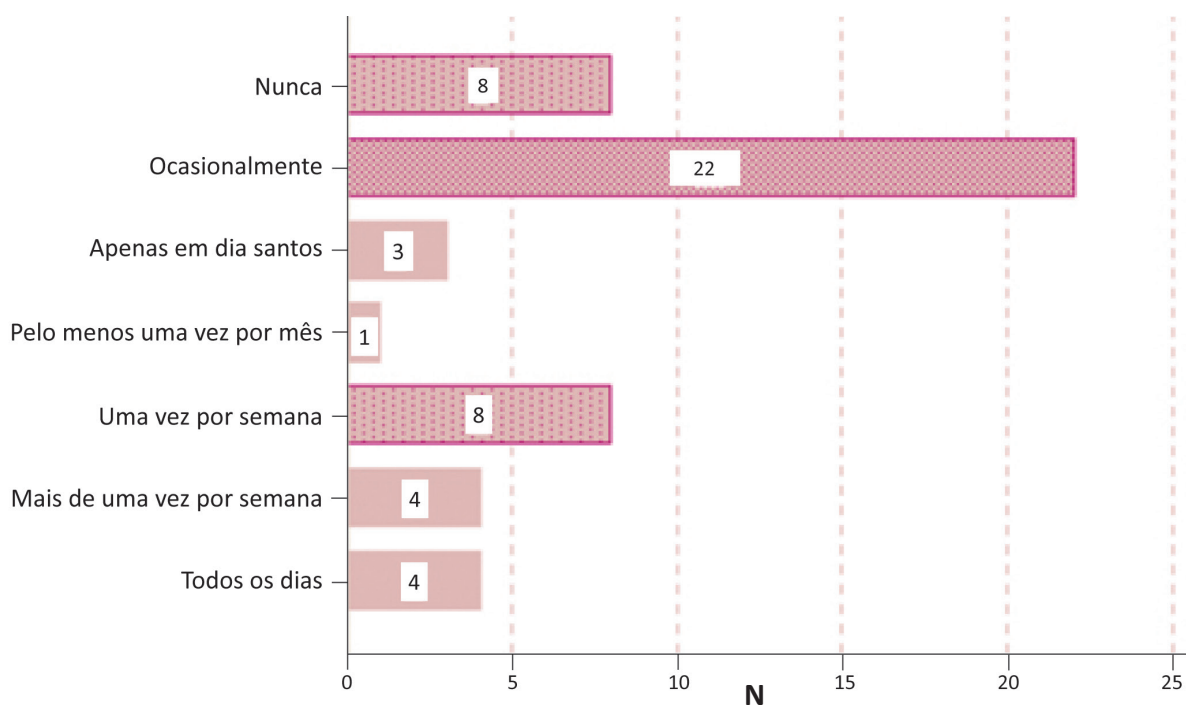


Gráfico 6. Frequência de participação em serviços religiosos.

Nota. Dos 51 que se consideram católicos, um não especificou a frequência de participação em cerimónias religiosas.

Caracterização das dinâmicas abusivas

A idade em que ocorreu a primeira situação de violência sexual varia entre os 5 e os 26 anos, com uma média de 11.0 anos ($DP = 3.8$ anos). As idades mais frequentes foram os 10 e 11 anos, seguidas dos 7, 8 e 14 anos (Gráfico 7).

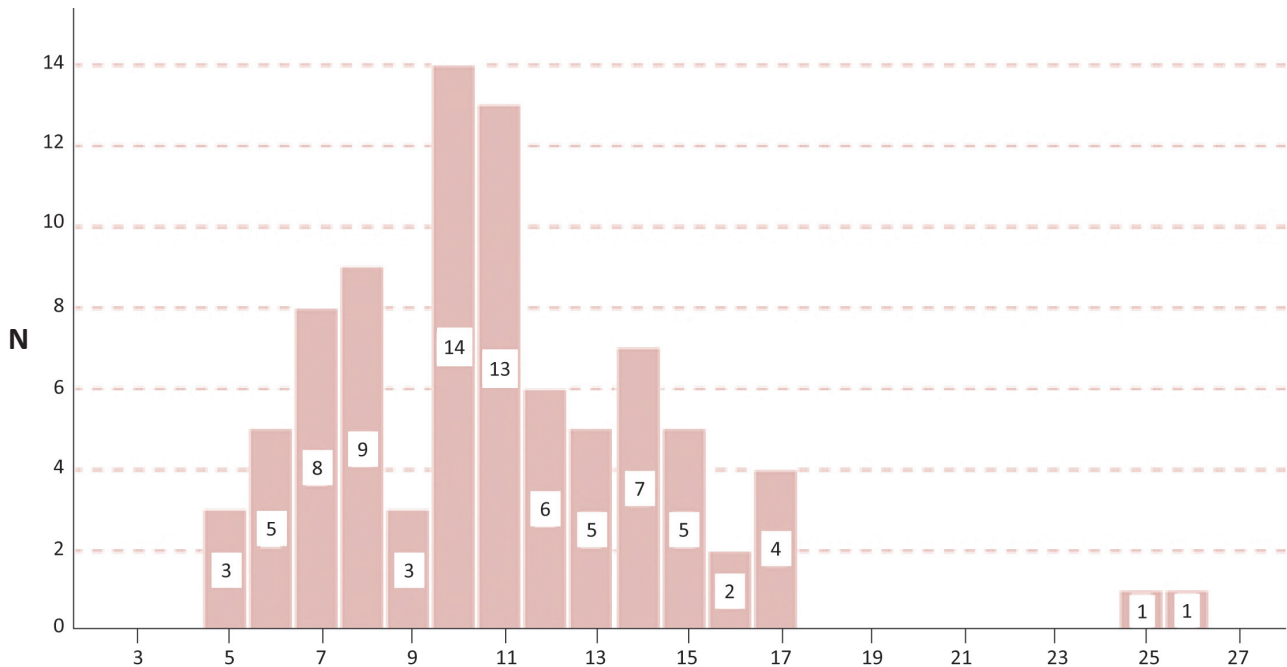


Gráfico 7: Idade (em anos) na primeira situação de violência sexual.

No cruzamento entre sexo e idade na primeira situação de violência sexual, verifica-se um número mais elevado de vítimas e sobreviventes do sexo masculino na faixa etária dos 11 anos, e inversamente, de vítimas do sexo feminino entre os 7 e os 8 anos (Gráfico 8). Contudo, estas variações não são significativas ($p = .142$).

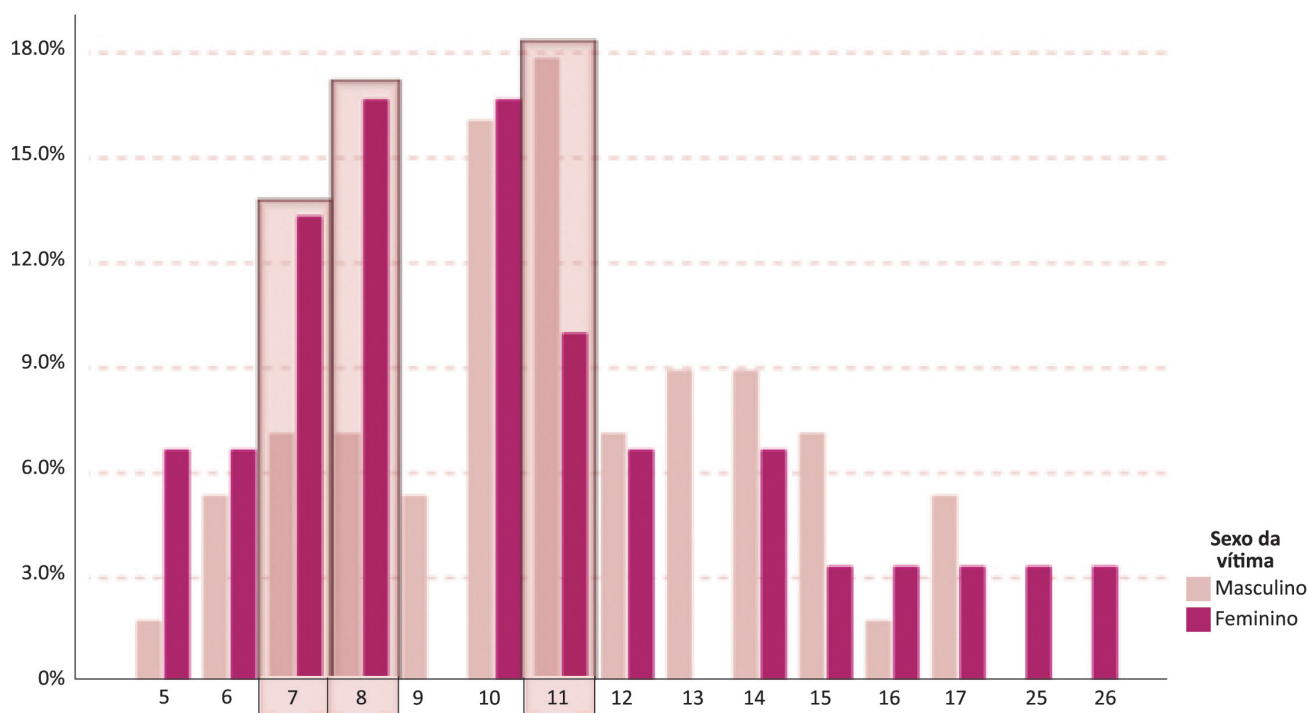


Gráfico 8: Idade (em anos) na primeira situação de violência sexual, por sexo da vítima e sobrevivente.

À data dos alegados factos, a maioria das vítimas e sobreviventes ($n = 65$, 75.6%) vivia com a família nuclear. Entre aqueles que referiram viver em instituição religiosa ($n = 18$, 20.9%), quatro encontravam-se em casa de acolhimento e oito em contexto de Seminário (Gráfico 9).

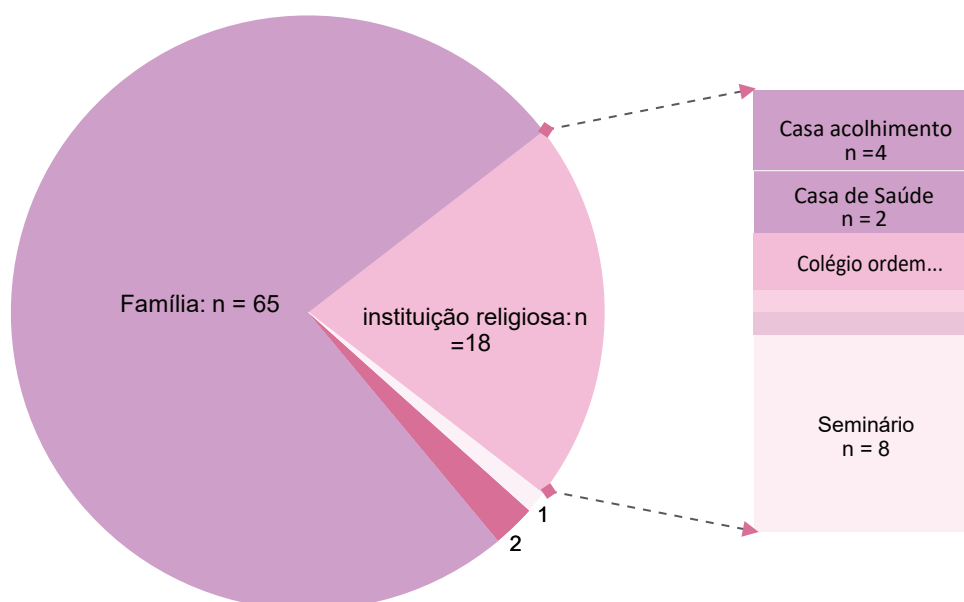


Gráfico 9: Com quem/onde residia à data dos alegados factos.

Entre as vítimas e sobreviventes que referiram ter irmãos ($n = 78$), a maioria (74.4%) indicou que estes não foram vítimas de violência sexual. Ainda assim, cerca de 13% reportou essa ocorrência, enquanto 12.8% não soube responder.

Quanto ao período das vitimizações, as situações reportadas ocorreram entre 1955 e 2023. O tempo decorrido entre a ocorrência dos abusos e a sua revelação varia entre 2 e 70 anos, apresentando uma média de 43,5 anos ($DP = 14,4$ anos).

Como se observa no Gráfico 10, a maioria dos episódios ocorreu no século passado (75.6%) concentrando-se, sobretudo, nas décadas de 1960 ($n = 19$, 22.1%), 1970 ($n = 21$, 24.4%) e 1980 ($n = 25$, 29.1%). A partir da década de 1980, verifica-se um decréscimo expressivo no número de casos reportados.

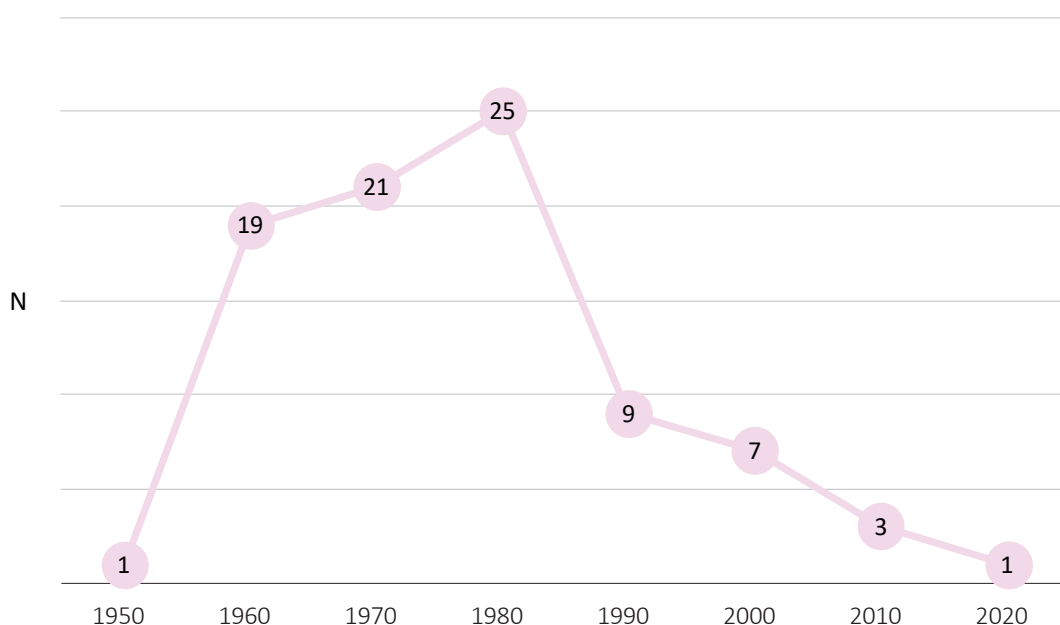


Gráfico 10: Ocorrência das situações abusivas (por década).

No que respeita à revelação das situações abusivas, observou-se que cerca de um terço das vítimas e sobreviventes (31.4%) decide partilhar a sua experiência apenas agora. Importa notar que 20.0% o faz pela primeira vez ao Grupo VITA. Ainda, a maioria das vítimas e sobreviventes não apresentou denúncia, nem às estruturas da igreja (77.9%), nem aos Órgãos de Polícia Criminal/Ministério Público (87.2%).

Ao analisar a distribuição temporal das vitimizações, procurou perceber-se se homens e mulheres foram afetados de forma distinta ao longo das décadas. Verifica-se um maior número de mulheres na década de 1970 (Homens: 16.1% vs Mulheres: 40.0%), enquanto na década de 1980 o padrão se inverte, com maior incidência nos homens (Homens: 37.5% e Mulheres: 13.3%), conforme ilustrado no Gráfico 11; contudo, estas diferenças não atingem a significância estatística ($p = .091$).

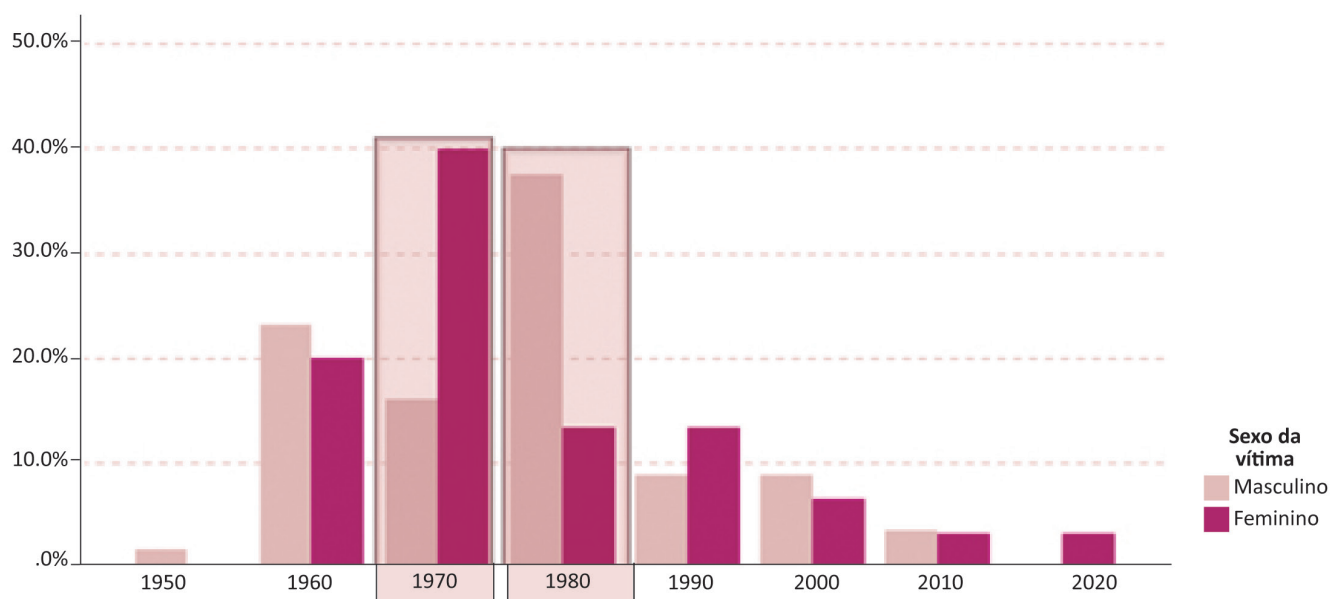


Gráfico 11. Ocorrência das situações abusivas (por década) segundo o sexo da vítima e sobrevivente.

No que respeita à frequência das situações abusivas, não existe uma indicação precisa por parte das vítimas e sobreviventes: 27.9% refere que terão ocorrido algumas vezes e outras 27.9% indicaram que ocorreram apenas uma vez. Quanto à duração, as situações abusivas prolongaram-se entre 1 e 10 anos, informação fornecida por 44.2% das vítimas e sobreviventes, sendo o período de 1 a 2 anos o mais frequentemente referido ($n = 19$, 50.0% das vítimas e sobreviventes), como se observa no Gráfico 12. Ainda, cerca de um terço ($n = 13$, 34.2%) situa-se no intervalo que decorre de 3 a 5 anos.

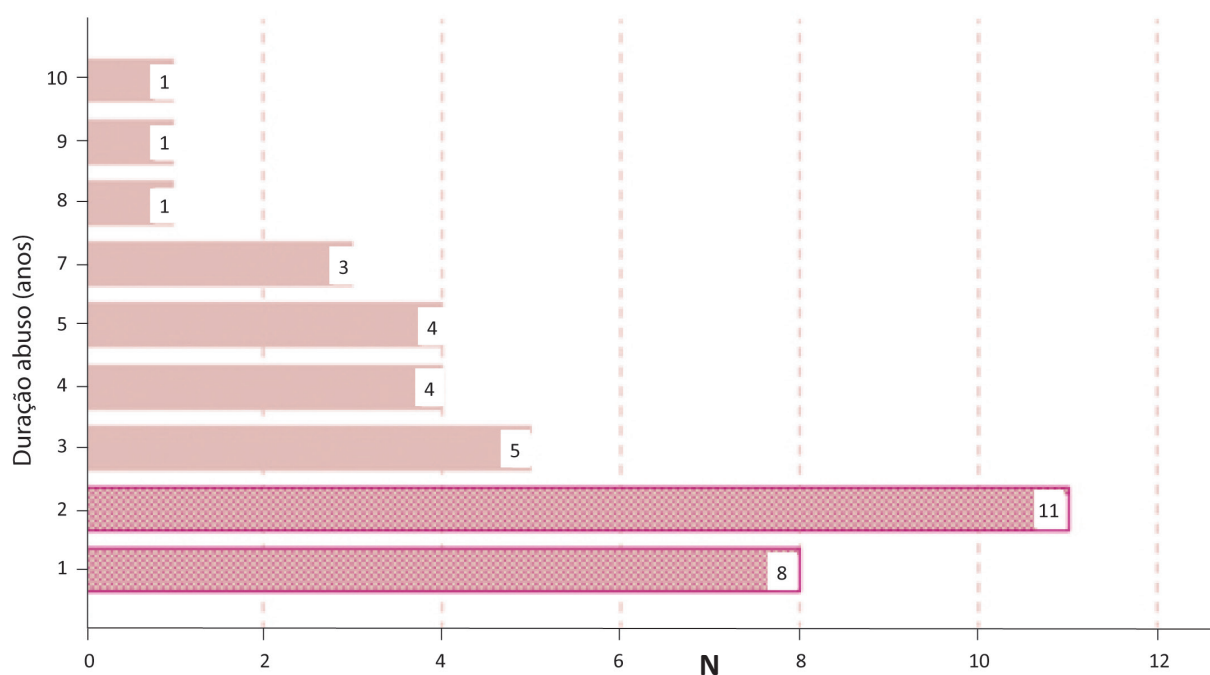


Gráfico 12 Duração das situações abusivas.

Nota. Dados apurados para as 38 vítimas e sobreviventes que indicaram a duração.

Analisa-se agora o *perfil da pessoa agressora e o contexto de vitimização* (Figura 3). A quase totalidade das vítimas e sobreviventes identifica o agressor, que, na maioria dos casos, é sacerdote (91.8%). Os agressores são predominantemente do sexo masculino (98.8%), têm idades entre os 21 e os 71 anos ($M = 43.9$, $SD = 13.3$) e foram, na sua maioria, conhecidos pelas vítimas e sobreviventes em contexto ligado à Igreja (81.4%).

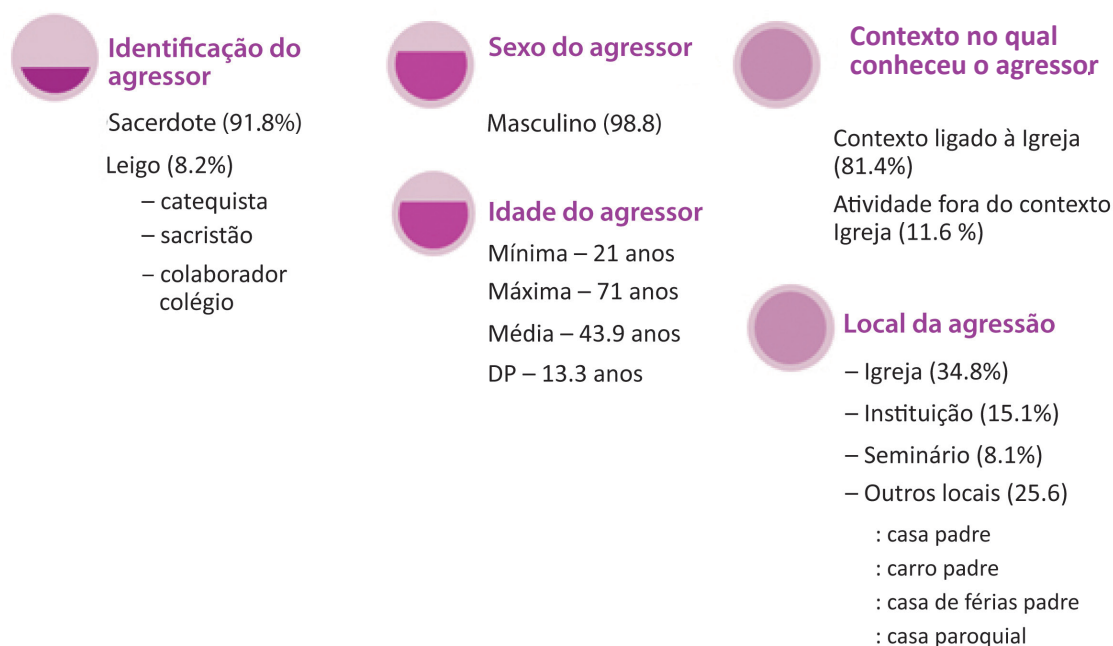


Figura 3. Perfil da pessoa agressora e contexto de vitimização.

Quanto ao contexto da violência sexual, 34.8% das situações ocorreram no confessional, seguido da sacristia; 15.1% ocorreram em instituições; 8.1% no seminário e 25.6% na casa do padre, no seu automóvel, numa casa durante as férias ou na casa paroquial. Há também registo de comportamentos abusivos ocorridos no Seminário (cerca de 8%). Em 92.9% dos casos, a pessoa agressora não admitiu a agressão; dos seis que o fizeram, apenas três pediram desculpa.

No que respeita aos comportamentos sexualmente abusivos, estes foram sobretudo praticados pelo agressor sobre a vítima e sobrevivente (em contraste com *comportamentos iniciados pela vítima e sobrevivente a pedido do agressor ou por ambos*). O Gráfico 13 evidencia que os comportamentos mais frequentemente reportados são os toques ou carícias em zonas erógenas do corpo (45.3%) e a manipulação dos órgãos genitais (43.0%). Com um peso ainda expressivo surge a masturbação (22.1%) e, de seguida, a exibição de genitais (17.4%).

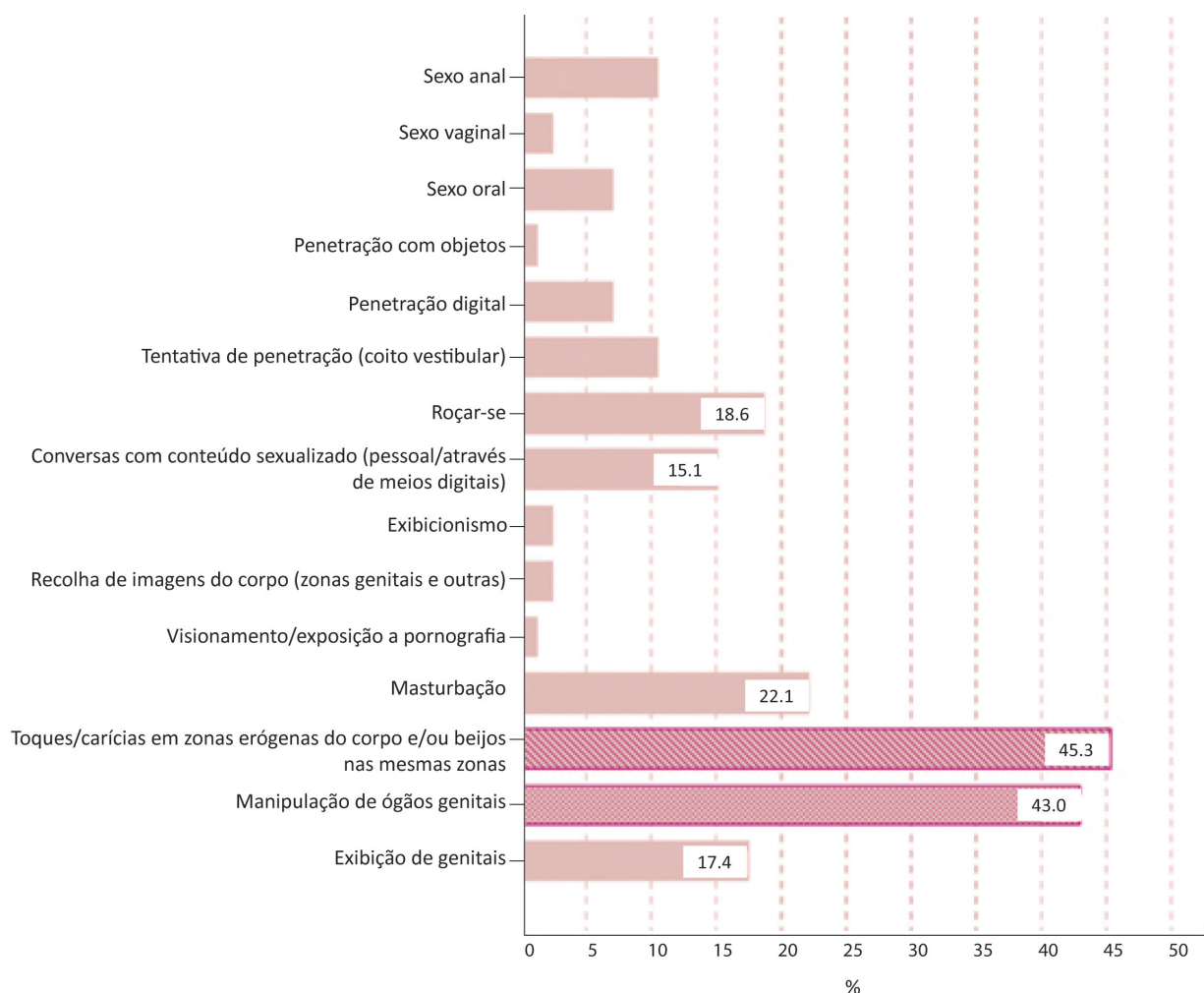


Gráfico 13. Comportamentos sexualmente abusivos mais frequentes.

Verificou-se que existem diferenças significativas segundo o sexo das vítimas e sobreviventes: os toques ou carícias em outras zonas erógenas do corpo ocorreram mais frequentemente em vítimas e sobreviventes do sexo feminino ($\chi^2 (1) = 8.45, p = .006$), enquanto a masturbação ocorreu mais em vítimas do sexo masculino ($\chi^2 (1) = 3.91, p = .040$).

Entre os comportamentos sexualmente abusivos perpetrados por ambos – do agressor para a vítima e sobrevivente e desta para com o agressor, a pedido deste – destacam-se a masturbação (12.8%) e a manipulação dos órgãos genitais (11.6%), seguindo-se, com igual frequência, os toques ou carícias em outras zonas erógenas do corpo (9.3%) e a exibição de genitais (9.3%).

Quanto às estratégias usadas pela pessoa agressora (Gráfico 14), é referido na quase totalidade das situações, o *abuso de autoridade resultante do seu estatuto*, bem como, em cerca de dois terços dos casos, o uso da *confiança e da familiaridade*. Seguem-se o *engano, confusão e surpresa*. Seguem-se o *engano, confusão e surpresa*.

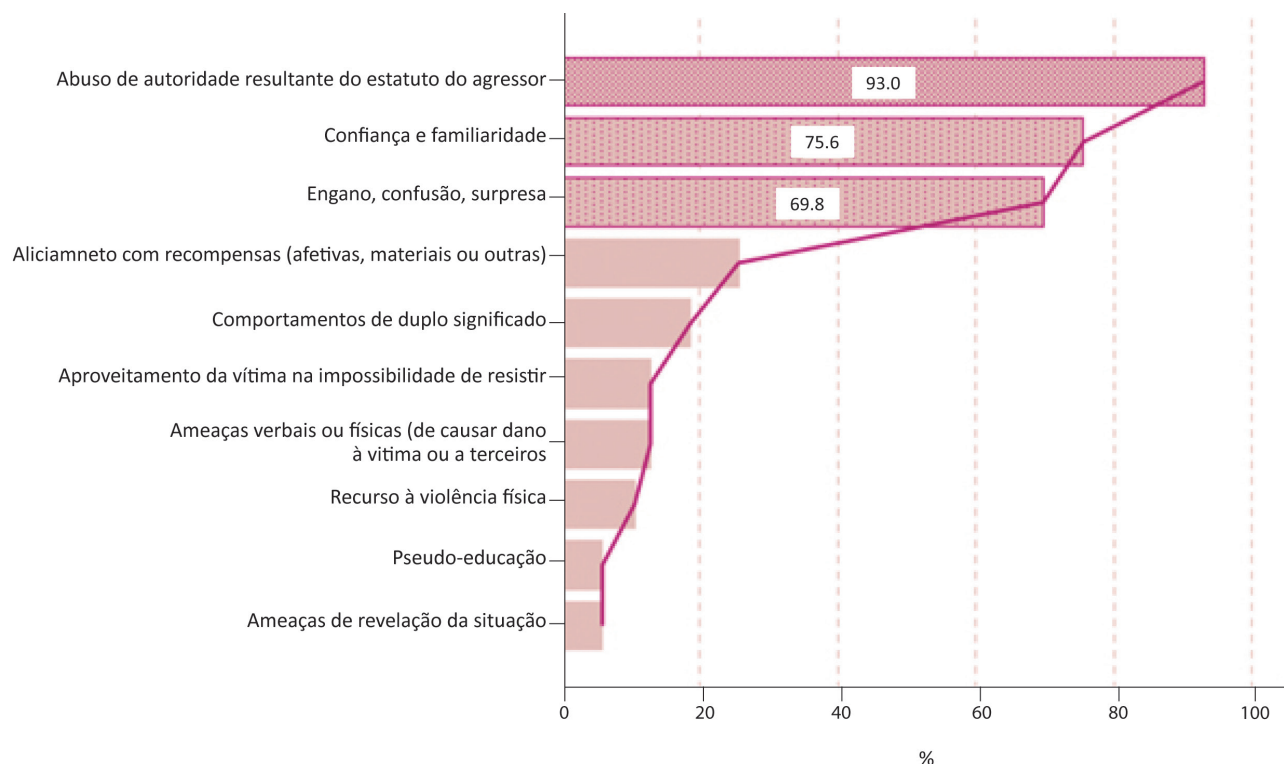


Gráfico 14. Estratégias usadas pela pessoa agressora.

A próxima secção descreve **verbalizações recordadas pelas vítimas e sobreviventes de violência sexual** atendidas pelo Grupo VITA, atribuídas aos agressores como tentativa de justificar a perpretação dos seus atos. Estas verbalizações foram analisadas qualitativamente por meio de análise temática, revelando padrões sistemáticos de manipulação, intimidação e abuso psicológico. Os novos dados confirmam e expandem os padrões anteriormente identificados, revelando um quarto tema significativo relacionado com a *“objetificação sexual”*. O conjunto de verbalizações demonstra táticas sofisticadas e sistemáticas de abuso psicológico que combinam manipulação religiosa, intimidação, normalização e sexualização prematura das vítimas e sobreviventes.

A. Uso da religião como justificação e instrumento de controlo

Os excertos mostram que o agressor utilizava frequentemente a religião como ferramenta multifacetada de manipulação. Observam-se três estratégias distintas:

- **Justificação divina do abuso:** Frases como “Há muitas formas de amor, Deus só quer que os homens se amem”, “Que era a vontade de Deus, que era Deus quem queria” e “É Deus que está aqui a ouvir-te”, apresentam os atos abusivos como vontade divina ou expressão de amor religioso.
- **Instrumentalização da culpa religiosa:** O agressor inverte papéis, posicionando a vítima e sobrevivente como pecadora através de afirmações como “Ameaçava com o inferno por eu pecar contra a castidade sozinho, que era um pecado” e “Mandava-me confessar porque o pecador era eu”. A religião torna-se, assim, uma arma de controlo emocional.
- **Chantagem espiritual para o silêncio:** Excertos como “Não vais andar a dizer porque não se diz, falar é muito feio. Se contares, Deus não perdoa os teus pecados” e “No final dizia que ficava entre nós e Deus, que não podia contar, senão ia para o inferno”, mostram como promessas de salvação ou ameaças de condenação eram usadas para garantir o silêncio das vítimas e sobreviventes.

B. Intimidação, ameaças e imposição de silêncio

A intimidação emerge como estratégia central para manter as vítimas e sobreviventes submissos e isolados. Os dados revelam:

- **Ameaças diretas:** “Se revelares, nem sabes o que te faço”, “Não podes dizer a ninguém, senão os teus pais vão morrer”, demonstrando escaladas de violência psicológica.
- **Controlo através do medo físico:** Relatos como “Enquanto ele me mexia no membro [pénis], batia-me e dava-me safanões” e ameaças de castigo, como “Não ir a casa”.
- **Chantagem e coação:** “Conto à tua mãe que roubaste as hóstias e dinheiro”, exemplifica como o agressor cria falsas narrativas para comprometer a vítima.
- **Gestos e comandos de silenciamento:** “Fazia o gesto de silêncio com os dedos na boca”, “Não faças barulho”, estabelecendo controlo não-verbal.

C. Manipulação emocional e normalização do abuso

A manipulação emocional revela-se como um padrão complexo onde o agressor alterna estratégias para confundir e controlar as vítimas e sobreviventes:

- **Falsa preocupação e cuidado:** Perguntas como “Estás bem? Não te magoei, pois não? Era só um carinho”, “Disse para não ter medo” e “Perguntou se tinha fome e «estás com medo? Não te faço mal»”, criam uma ilusão de proteção.
- **Normalização do abuso:** Afirmações como “Dizia que não tinha mal nenhum”, “Dizia que era normal” e “O padre tentava normalizar”, enquadram os atos abusivos como comportamentos aceitáveis.
- **Promessas de afeto e futuro:** “Quando fizeres 18 anos assumimos”, “Fazia promessas de ficarmos juntos”, “Ele dizia muitas vezes «gosto muito de ti»”, criam falsas expectativas de relacionamento.
- **Justificação pseudo-educativa:** “Para me purificar, para ir para o céu”, “Dizia que me ia ensinar a tratar bem do namorado, para ser uma mulher como deve de ser”, “O padre convidou-me para ir à sacristia para ter ensinamentos”, apresentam o abuso como aprendizagem ou desenvolvimento.
- **Recompensas e subornos:** Oferta de chocolates, dinheiro, lanches após o abuso, “Dizia que iria ser recompensado e que só tinha a ganhar com a situação”, criando dependência e confusão sobre a natureza dos atos.

D. Objetificação e sexualização das vítimas

Este tema emerge claramente dos novos dados, merecendo categorização própria:

- **Comentários sexualizados sobre o corpo:** “As tuas maminhas estão a crescer”, “Tu já tens pelinhos”, “Disse-me que estava bonita e depois de apalpar os seios perguntou se estava chateada”,
- **Falsa adulação:** Repetições de “Dizia que eu era muito bonita”, “Disse que eu estava bonito”, “Meu filho, anda cá, és tão bonito”, estabelecem padrões de sedução inapropriada.
- **Justificações sexuais explícitas:** “Dizia que a seguir já podia ir às mulheres”, “Para aprender e não me sentir frígida, para aprender a ter prazer”, apresentando o abuso como preparação sexual.
- **Validação da vítima através do agressor:** “Era muito especial, a mulher mais especial do mundo para ele”, cria dependência emocional através de falsa valorização.

O que impediu que os comportamentos abusivos continuassem foram, no essencial, as “estratégias de evitamento da vítima” (53.3%). Ainda com alguma expressão foi o “afastamento do agressor do local” (9.7%) onde ocorreram os alegados factos ou deixar de frequentar atividades onde podia cruzar-se com a pessoa que cometeu a violência. Refira-se, por exemplo, pedir para sair do Instituto Religioso que frequentava ou da catequese.

Como referido anteriormente, a maioria das vítimas e sobreviventes não revelou os factos na altura em que ocorreram: 55.1% só o fez mais tarde e 31.4% apenas conseguiu fazê-lo agora. Os principais motivos para a não revelação à data relacionam-se sobretudo com sentimentos de vergonha, medo, medo de não ser acreditado e culpa (Gráfico 15). Não foram detetadas diferenças significativas entre vítimas e sobreviventes do sexo masculino e do sexo feminino ($p > .05$).

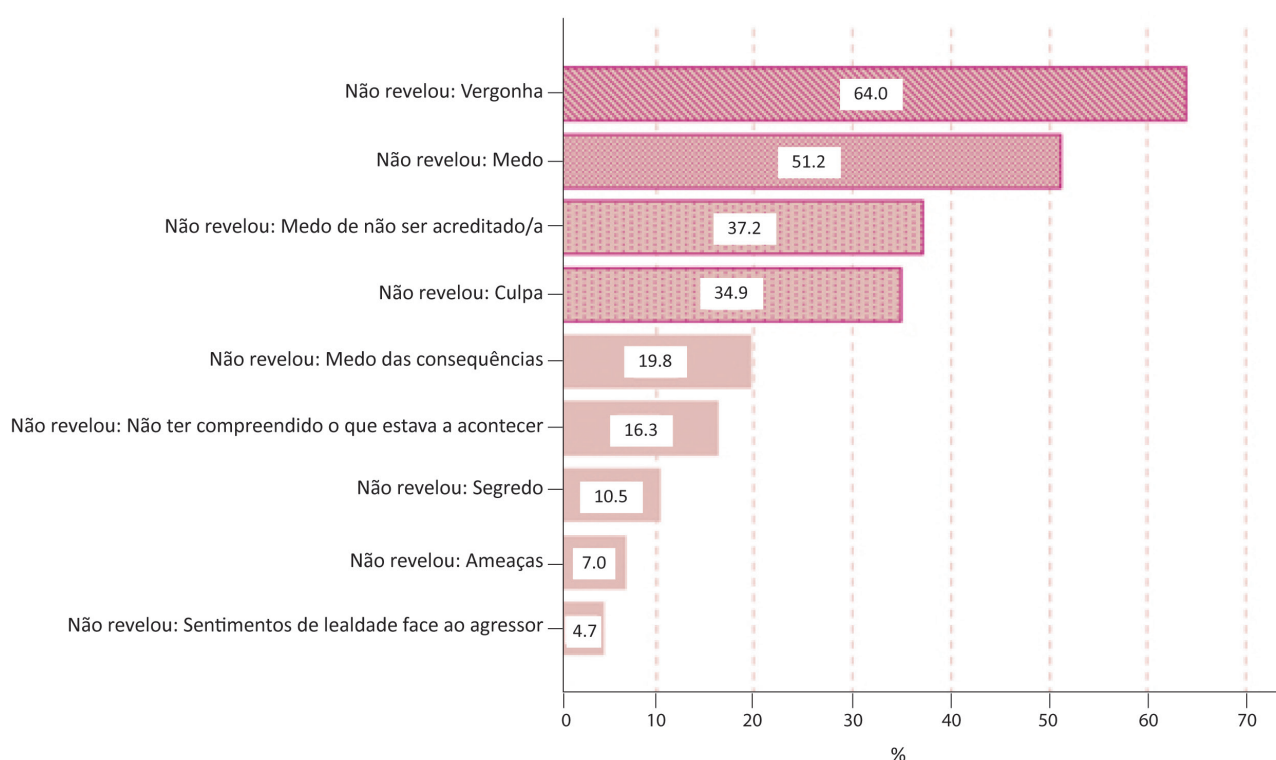


Gráfico 15. Motivos para a não revelação por parte da vítima ou sobrevivente à data dos factos.

No cruzamento entre as estratégias utilizadas por quem cometeu a violência sexual e os motivos da não revelação por parte das vítimas e sobreviventes, resultaram algumas associações mais evidentes (Tabela 1):

- As estratégias *abuso de autoridade* decorrentes do *estatuto do agressor*, bem como as que assentam na *confiança e familiaridade* ou no *engano, confusão e surpresa* foram mais frequentemente referidas por vítimas e sobreviventes que não revelaram os factos por *medo, culpa, vergonha* e *medo de não ser acreditado*, ou *medo das consequências*;
- As estratégias de *aliciamento com recompensas* e *comportamentos de duplo significado*, embora menos intensas, também estão associadas ao *medo* e à *vergonha*.

Tabela 1. Associação entre estratégias utilizadas por quem cometeu a violência sexual e os motivos para a não revelação por parte das vítimas e sobreviventes.

	Medo	Culpa	Vergonha	Medo de não ser acreditado/a	Ameaças	Medo das consequências	Segredo	Sentimentos de lealdade face ao agressor	Não ter compreendido o que estava a acontecer
	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Abuso de autoridade resultante do estatuto do agressor	42	26	51	31	6	16	9	4	14
Confiança e familiaridade	35	26	45	25	6	11	8	4	11
Engano, confusão, surpresa	33	20	40	25	2	14	5	3	8
Aliciamento com recompensas (afetivas, materiais ou outras)	14	8	18	7	1	3	4	1	3
Comportamentos de duplo significado	10	7	10	8	2	3	3	1	5
Aproveitamento da vítima na impossibilidade de resistir	7	6	9	6	0	2	1	0	0
Ameaças verbais ou físicas (de causar dano à vítima ou a terceiros)	8	5	8	6	4	5	4	0	2
Recurso à violência física	6	3	6	4	2	4	1	0	1
Ameaças de revelação da situação	4	4	5	3	2	1	2	0	0
Pseudo-educação	2	3	4	3	0	0	0	0	1

A análise do impacto físico/psicossomático e cognitivo a curto, médio e longo prazo, permitiu identificar alterações de natureza diversa. A Figura 4 apresenta as *alterações físicas/psicossomáticas* e *cognitivas* mais frequentemente referidas pelas vítimas e sobreviventes.

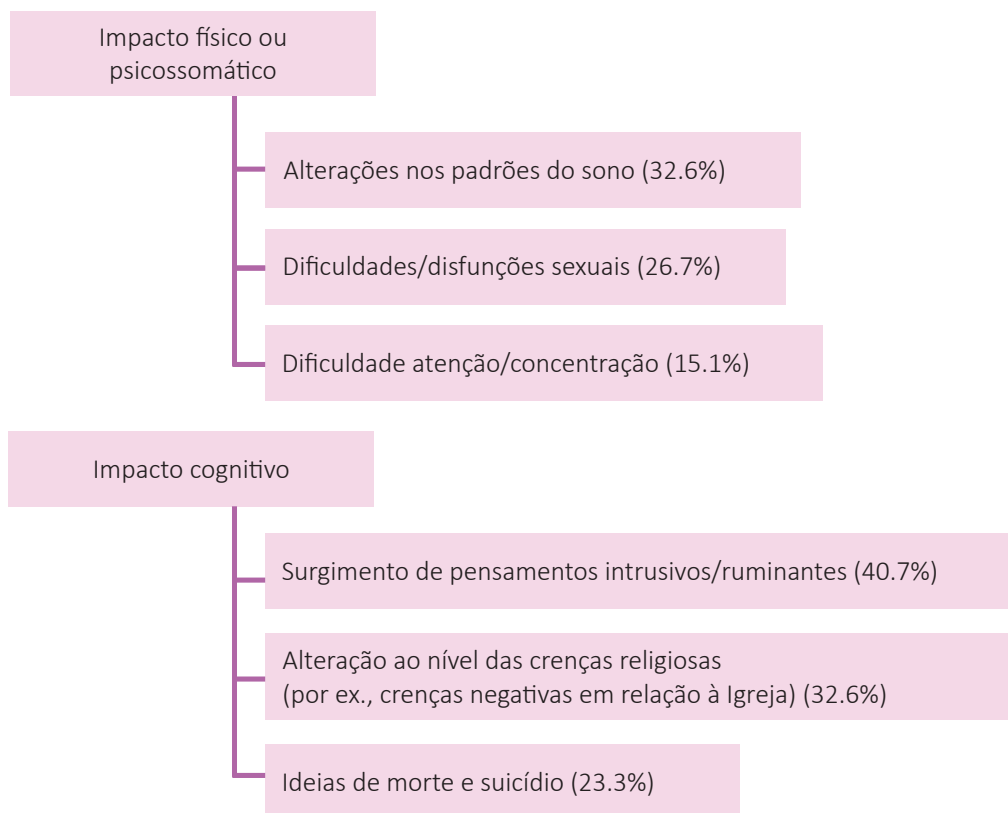


Figura 4. Impacto físico ou psicossomático e cognitivo: principais alterações.

Relativamente às alterações de impacto emocional (Gráfico 16), a *vergonha* e a *irritabilidade/raiva* foram referidas por mais de metade das vítimas e sobreviventes (57.0% e 54.7%, respetivamente), seguindo-se a tristeza (46.5%). A *culpa*, o *medo* e a *dificuldade em confiar nos outros* foram mencionados por cerca de 41% das vítimas e sobreviventes, enquanto o *nojo* foi reportado por aproximadamente um terço destes.

Testou-se a relação entre o sexo e as alterações de âmbito emocional, tendo sido detetadas diferenças significativas entre vítimas e sobreviventes do sexo masculino e do sexo feminino:

- Nojo – mais frequente nas mulheres ($p = .041$)
- Desesperança – mais frequente nos homens ($p = .024$)
- Vulnerabilidade – mais frequente nas mulheres ($p = .007$)
- Falta de confiança – mais frequente nas mulheres ($p = .051$, marginalmente significativo)

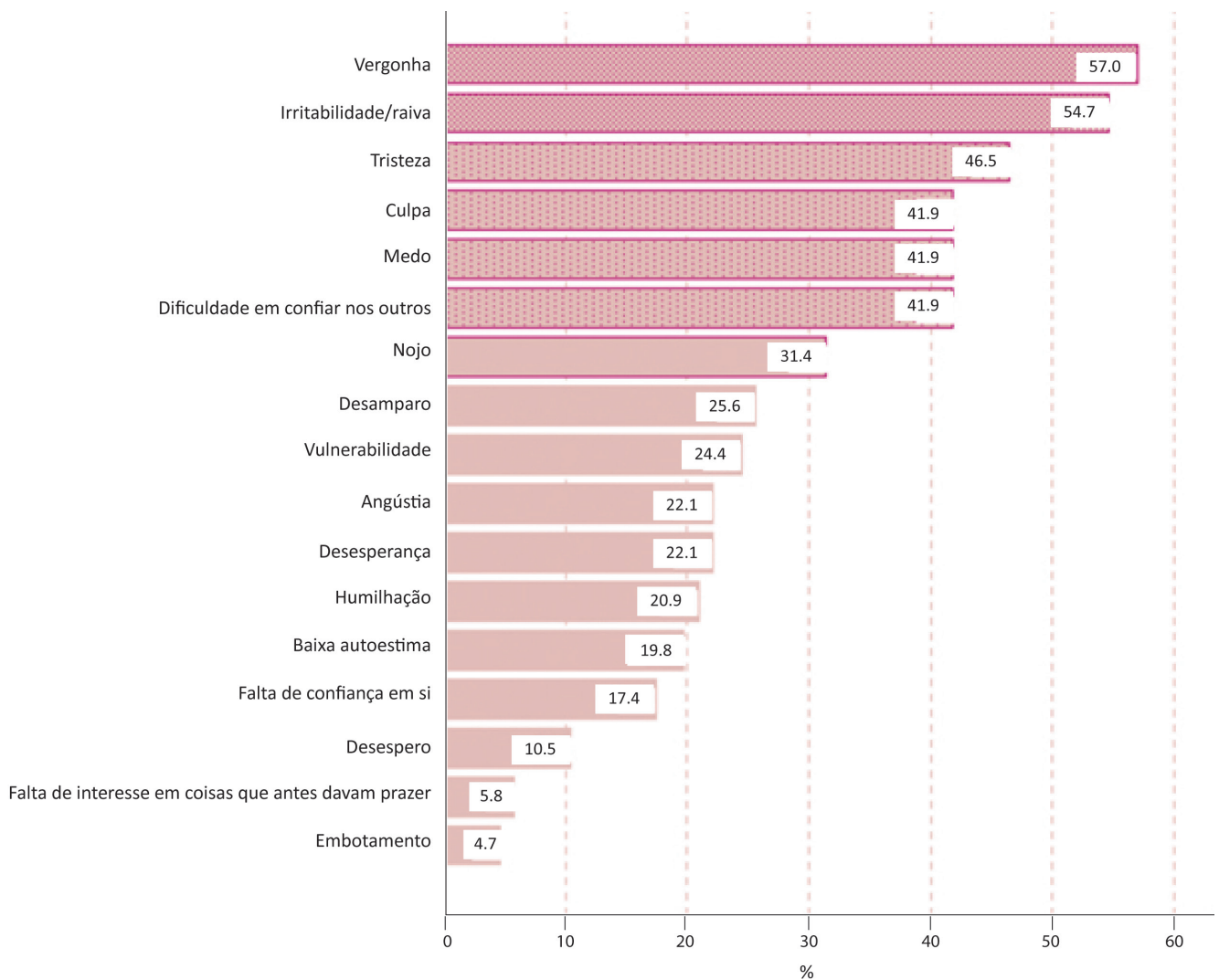


Gráfico 16. Impacto emocional nas vítimas e sobreviventes.

No que se refere ao impacto comportamental a curto, médio e longo prazo (Gráfico 17), as vítimas e sobreviventes referiram sobretudo:

- Isolamento (38.4%)
- Evitamento de situações/loais/pessoas/atividades/temas (34.9%)

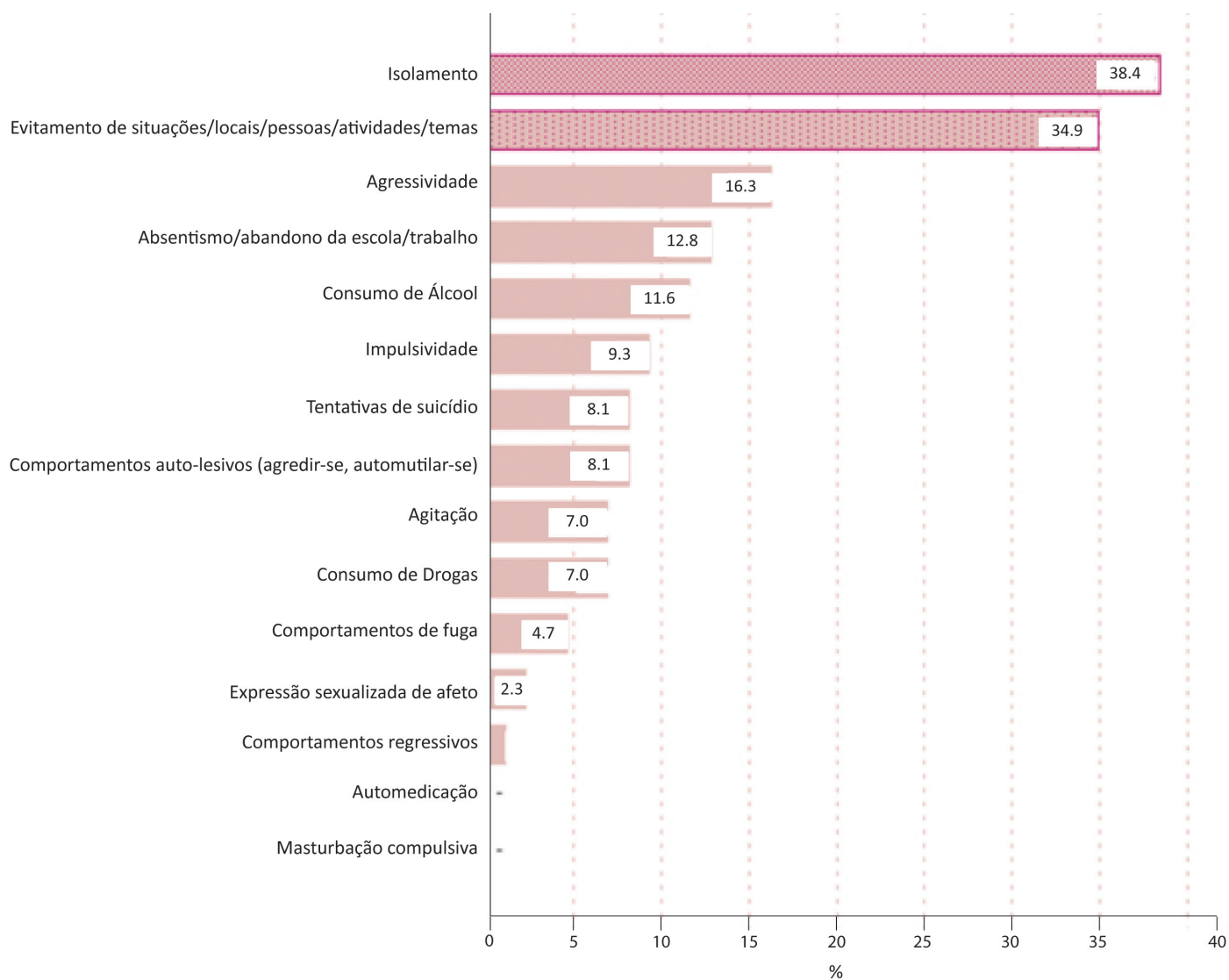


Gráfico 17. Impacto comportamental nas vítimas e sobreviventes.

Relação entre o medo, a culpa e a vergonha e o impacto global das alterações nas vítimas e sobreviventes

Com o objetivo de medir o impacto global de todas as alterações *físicas e psicossomáticas, cognitivas, emocionais e comportamentais* referidas pelas vítimas e sobreviventes, foi criado um *score* que integra todas essas dimensões. Comparou-se o impacto global dessas alterações segundo os fatores mais frequentemente mencionados para a não revelação da violência de que foram alvo. Com exceção do motivo *medo das consequências*, nos restantes motivos verificaram-se diferenças significativas, sendo os níveis médios de impacto mais elevados entre as vítimas e sobreviventes que não revelaram a violência de que foram alvo por *medo*, por *culpa*, por *vergonha* e por *medo de não ser acreditado* (Tabela 2).

Tabela 2. *Relação entre os fatores mais referidos pelas vítimas e sobreviventes para não terem revelado a violência de que foram alvo e o impacto global da vitimização.*

		Impacto global da vitimização		
		Média	Teste t	p-value
Não revelou por: <i>Medo</i>	Sim (n = 44)	10.09	t (84) = -2.07	p = .021
	Não (n = 42)	7.40		
Não revelou por: <i>Culpa</i>	Sim (n = 30)	11.73	t (84) = -3.48	p < .001
	Não (n = 56)	7.20		
Não revelou por: <i>Vergonha</i>	Sim (n = 55)	10.16	t (84) = -2.91	p = .002
	Não (n = 31)	6.32		
Não revelou por: <i>Medo de não ser acreditado/a</i>	Sim (n = 32)	10.84	t (84) = -2.48	p = .008
	Não (n = 54)	7.56		
Não revelou por: <i>Medo das consequências</i>	Sim (n = 17)	10.18	t (84) = -1.05	p = .148
	Não (n = 69)	8.43		

Relação entre frequência/duração da violência e o impacto global das alterações provocadas nas vítimas e sobreviventes

No que se refere à frequência da vitimização, e como foi anteriormente analisado, das 86 vítimas e sobreviventes, 48 referiram que esta ocorreu uma vez ($n = 24$), ou algumas vezes ($n = 24$). Neste grupo, verificou-se que o *score* médio do impacto global das alterações entre as vítimas e sobreviventes que reportaram uma vez ($M = 8.0$) e as que indicaram ter ocorrido algumas vezes ($M = 7.0$), não apresentou diferenças significativas ($t(46) = 0.56, p = .288$).

Adicionalmente, no grupo de vítimas e sobreviventes que identificaram a duração da vitimização ($n = 38$), analisou-se a relação entre essa duração e o impacto global das alterações *físicas e psicossomáticas, cognitivas, emocionais e comportamentais* referidas. Obteve-se uma correlação positiva de intensidade moderada ($r = .32, p = .026$, Cohen, 2016⁶). Assim, verifica-se que uma maior duração das situações de vitimização tende a intensificar o seu impacto na vítima ou sobrevivente.

Solicitação de pedido de compensação

No total, 74.4% das 86 vítimas e sobreviventes acompanhados pelo Grupo VITA apresentaram um pedido de compensação. Constatou-se igualmente que o pedido de compensação não se encontra significativamente associado ao sexo, à idade, à antiguidade da vitimização, à duração da vitimização ou ao impacto global da vitimização ($p > .05$).

⁶ Cohen, J. (2016). A power primer. In A. E. Kazdin (Ed.), *Methodological issues and strategies in clinical research* (4th ed., pp. 279–284). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14805-018>

REFLEXÕES FINAIS SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DAS VÍTIMAS E SOBREVIVENTES E AS DINÂMICAS DAS SITUAÇÕES ABUSIVAS

Caracterização das vítimas e sobreviventes

À data do presente relatório, e considerando as 86 vítimas e sobreviventes que foram escutados (sobretudo, presencialmente), destacam-se os seguintes aspetos:

- Mantém-se uma média de idades das vítimas e sobreviventes acima dos 50 anos (aproximadamente, 55 anos neste relatório), maioritariamente do sexo masculino e solteiros.
- Em termos de área de residência/localização geográfica atual, a percentagem de vítimas e sobreviventes a residir na Área Metropolitana de Lisboa e na região do Norte do país é a mais prevalente.
- A maioria das vítimas e sobreviventes pertence a uma população escolarizada, metade encontra-se profissionalmente ativa em diferentes setores e cerca de um quinto está reformada.

Dinâmicas abusivas e dinâmica sexual

- As situações de vitimização reportadas distribuem-se entre os anos 1955 e 2023, sendo que o tempo decorrido entre a ocorrência dos abusos e a sua revelação varia entre 2 e 70 anos, apresentando uma média de 43,5 anos. Ou seja, em média, só após 43 anos as pessoas denunciaram a situação abusiva.
- A maioria dos episódios ocorreu no século passado, concentrando-se sobretudo nas décadas de 1960, 1970 e 1980.
- A proporção de homens e de mulheres vítimas e sobreviventes é variável nas diferentes décadas – designadamente nos anos 80 –, mas sem diferenças significativas.
- Aproximadamente 30% das vítimas e sobreviventes só agora revelou os abusos, sendo que, em cerca de 20% dos casos, a primeira revelação foi feita ao Grupo VITA. Na maioria destas situações não foi apresentada denúncia a outra entidade competente nesta matéria (por ex., Órgãos de Polícia Criminal).
- Em termos de duração, aproximadamente 44% das vítimas referem que a situação abusiva se prolongou entre 1 e 10 anos. Entre estas 38 vítimas e sobreviventes, o intervalo de 1 a 2 anos é referido por 50.0%, enquanto cerca de um terço situou a duração entre 3 e 5 anos.
- Cerca de três quartos das vítimas e sobreviventes vivia com a família à data dos alegados factos, e cerca de um quinto encontrava-se a residir em instituição.
- A idade mais frequente da ocorrência da situação abusiva situa-se entre os 10 e os 11 anos. No cruzamento entre sexo das vítimas e sobreviventes e idade à data da primeira situação de violência sexual, verifica-se um número mais elevado de vítimas e sobreviventes do sexo masculino na faixa etária dos 11 anos e, inversamente, de vítimas e sobreviventes do sexo feminino entre os 7 e 8 anos, ainda que sem diferenças significativas.

- A quase totalidade das vítimas e sobreviventes identifica o agressor, que é predominantemente do sexo masculino e pertencente a um contexto diretamente ligado à Igreja.
- Quanto ao contexto da violência sexual, cerca de um terço ocorreu na Igreja e, cerca de 15%, em instituição. Os episódios ocorridos na Igreja concentraram-se, sobretudo, no confessionário, seguido da sacristia. Para cerca de um quarto das vítimas e sobreviventes, as situações abusivas aconteceram na casa do padre, no seu automóvel, numa casa de férias ou na casa paroquial. Há também registo de comportamentos abusivos ocorridos no Seminário (cerca de 8%).
- No que respeita aos comportamentos sexualmente abusivos, estes foram sobretudo praticados pelo agressor sobre a vítima e sobrevivente (em contraste com *comportamentos iniciados pela vítima ou sobrevivente a pedido do agressor ou por ambos*). Destacam-se os toques/carícias em outras zonas erógenas do corpo e a manipulação dos órgãos genitais.
- Quanto às estratégias utilizadas pela pessoa agressora, é referido na quase totalidade das situações, o *abuso de autoridade* resultante do seu estatuto, bem como, em cerca de dois terços dos casos, o uso da *confiança e da familiaridade*. Seguem-se o *engano, confusão e surpresa*.
- Os principais motivos para a não revelação à data prendem-se com sentimentos de *vergonha, medo, medo de não ser acreditado e culpa*, aspetos particularmente relevantes para a avaliação do dano psíquico.
- No plano emocional, verificaram-se diferenças significativas entre vítimas e sobreviventes do sexo masculino e do sexo feminino: maior *desesperança* nos homens; mais *nojo, vulnerabilidade e falta de confiança* nas mulheres.
- Estes resultados são consistentes com a literatura e podem ser lidos à luz dos papéis sociais e de género, que indicam que as vítimas e sobreviventes do sexo masculino tendem a revelar maior estigma e dificuldade em relatar situações abusivas.

Impacto das situações abusivas

No que se refere ao impacto global das alterações *físicas e psicossomáticas, cognitivas, emocionais e comportamentais* referidas, verificou-se que:

- Maior duração das situações de vitimização tende a intensificar o seu impacto na vítima ou sobrevivente.
- Níveis médios de impacto mais elevados foram observados entre vítimas e sobreviventes que não revelaram a violência de que foram alvo por *medo*, por *culpa*, por *vergonha* e por *medo de não serem acreditadas*.

1.2 Acompanhamento e Encaminhamento

A análise da informação recolhida junto das vítimas e sobreviventes permite verificar que a necessidade mais frequente é o acesso a acompanhamento psicológico, com 34 encaminhamentos registados até ao momento. Em seguida, destacam-se os pedidos de apoio social (sete) e psiquiátrico (cinco). Foram ainda registados dois pedidos de apoio espiritual e um pedido de apoio jurídico.

Apoio psicológico e psiquiátrico

O acompanhamento em Psicologia e Psiquiatria mantém-se assegurado pela Bolsa de Profissionais do Grupo VITA. Os custos correspondentes, incluindo consultas e, quando aplicável, deslocações, são integralmente suportados pela Igreja (Dioceses e IVCSVA).

Tal como mencionado em relatórios anteriores, algumas vítimas e sobreviventes demonstram ambivalência quanto ao acesso a psicoterapia, receando o confronto com memórias traumáticas. Em consequência, há casos em que o processo é iniciado e interrompido, e outros em que se desenvolve de forma irregular.



1.3 Projeto Sobre.VIVER



O projeto *Sobre.VIVER* é uma iniciativa pioneira do Grupo VITA, que procura dar voz às vítimas e sobreviventes de violência sexual no contexto da Igreja Católica em Portugal. Inspirado nos princípios da justiça restaurativa e da sinodalidade, o projeto cria um espaço seguro e empático para a escuta, a reparação simbólica e a participação ativa na definição de políticas e estratégias de prevenção.

Com início em outubro de 2025, oferece sessões individuais e em grupo - mensais, *online* e dinamizadas por dois elementos do Grupo VITA -, sem substituir o acompanhamento psicoterapêutico. Os temas abordados incluem estratégias de proteção e prevenção, apoio a familiares, reparação e reconstrução pessoal. Em sequência destes encontros e das partilhas realizadas, apresentam-se dois novos recursos: *A Igreja que Escuta*, com diretrizes para encontros entre vítimas e sobreviventes e representantes da Igreja, e o *Guia de Apoio e Escuta*, dirigido a familiares e amigos das vítimas e sobreviventes.

Até ao momento, o projeto conta com a participação de 24 vítimas e sobreviventes, dos quais 10 colaboram individualmente e 14 em grupos online.

Em 2026 será apresentada uma sistematização do projeto, com a identificação de todas as sugestões partilhadas pelas vítimas e sobreviventes.



2.

Sensibilização e capacitação

2.1 Sensibilização

Desde o início das suas funções, o Grupo VITA tem atribuído prioridade à realização de iniciativas de sensibilização e capacitação. Nesse sentido, tem investido na criação de recursos e canais de comunicação que visam não apenas divulgar a sua missão, mas também promover uma maior literacia sobre a violência sexual, tanto no contexto da Igreja, como na sociedade em geral.

Destacam-se os seguintes **recursos**, disponíveis no site do Grupo VITA:

- *“CONHECER. PREVENIR. AGIR. Manual de Prevenção da Violência Sexual contra Crianças e Adultos Vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal”*⁷.
- *KIT VITA – Recurso prático para ações de capacitação sobre a violência sexual no contexto da Igreja Católica em Portugal”*⁸.
- *F.A.L.A.R.* – Marcador de livros/brochura para crianças⁹
- *SEGURANÇA ONLINE* – Brochura para jovens
- *VAMOS FALAR DE PROTEÇÃO!* – Brochura para adultos

⁷ Disponível desde dezembro de 2023 no site do Grupo VITA.

⁸ Disponível desde junho de 2024 no site do Grupo VITA

⁹ As três brochuras estão disponíveis desde janeiro de 2025 no site do Grupo VITA.

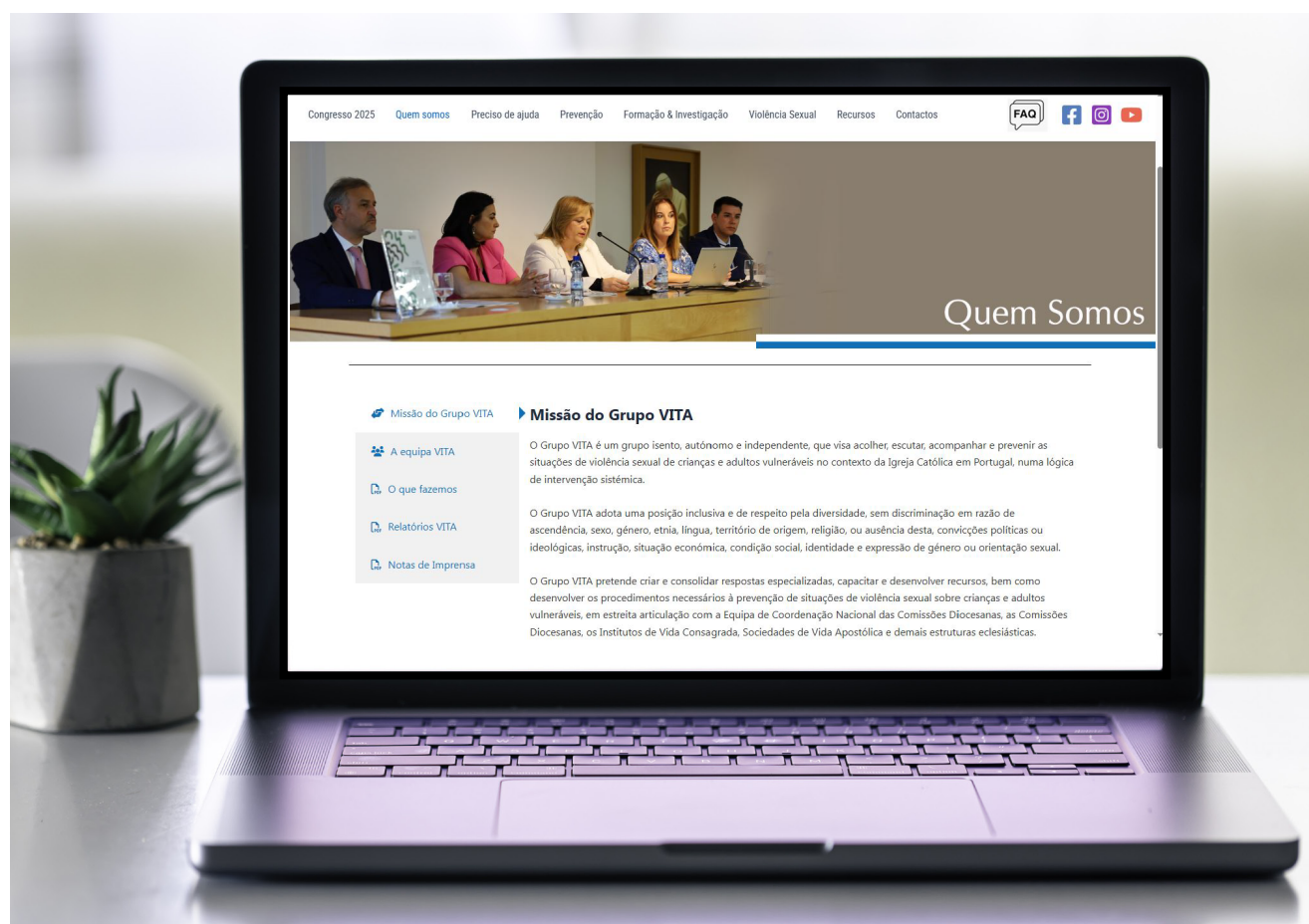
Segue-se uma **caracterização geral da utilização do site**, considerando o período decorrido desde o início das atividades do Grupo VITA.

Até ao momento, o site do Grupo VITA registou um total de **18,6 mil utilizadores**, o que representa um **crescimento de aproximadamente 91%** entre 2023 e 2025.

Portugal permanece como o país com maior número de utilizadores, seguido dos Estados Unidos da América. Em 2023 e 2024 o Brasil ocupava a terceira posição, mas em 2025 foi superado por países como a Irlanda e os Países Baixos.

Relativamente às **visualizações**, em 2023 estas ocorreram de uma forma mais expressiva em dezembro, quando ocorreu a apresentação do primeiro relatório de atividades do Grupo VITA. Já em 2024, verifica-se terem ocorrido mais visualizações em outubro e fevereiro, meses marcados pela apresentação de sugestões e propostas do Grupo VITA relativamente aos processos de atribuição de compensações financeiras.

No que respeita a 2025, ocorreram mais visualizações no mês de março, o que poderá relacionar-se com o facto de ter sido a data-limite definida pela CEP para a apresentação dos pedidos de compensação financeira.



Dados relativos a 2023

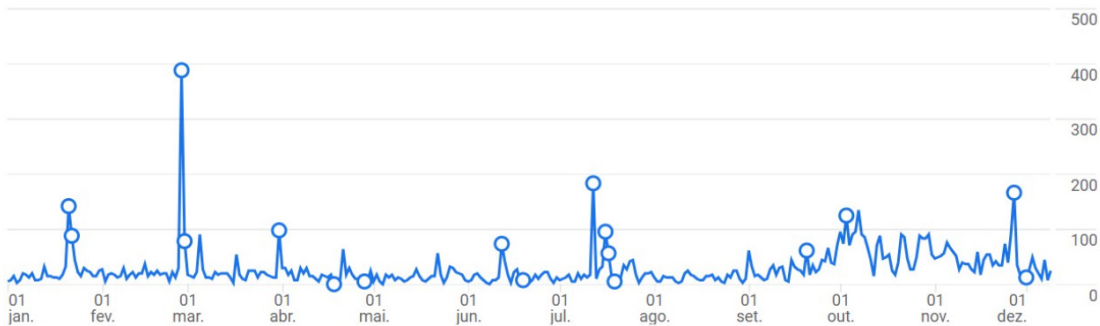


Dados relativos a 2024

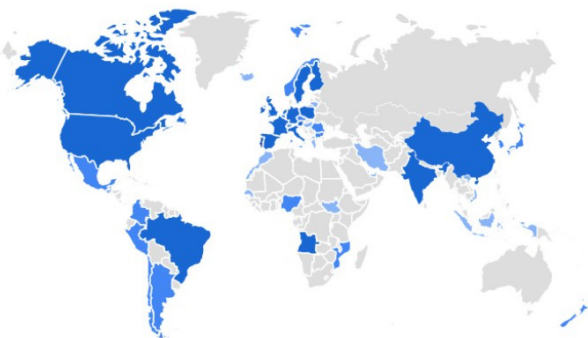


Dados relativos a 2025

< **Utilizadores ativos** [?] **8,2 mil** **Utilizadores novos** [?] **8,1 mil** **Tempo de interação médio por utilizador ativo** [?] **53 s** > 



Utilizadores ativos [▼] por País



PAÍS	UTILIZADORES ATIV...
Portugal	5,8 mil
United States	966
Ireland	383
Netherlands	337
Brazil	207
Germany	101
Spain	60

Presença do Grupo VITA nas redes sociais

Em 2024, o Grupo VITA passou a marcar presença nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, ampliando de forma significativa o alcance da sua missão e promovendo a cultura de proteção de modo acessível e contínuo. Estas plataformas tornaram-se instrumentos privilegiados para a divulgação de conteúdos educativos, campanhas de sensibilização e iniciativas formativas, além de criarem um canal direto de escuta e proximidade com o público. Ao humanizar a comunicação institucional e integrar-se em redes e parcerias, o Grupo VITA reforça a sua atuação, monitoriza o impacto das suas ações e consolida o compromisso com a prevenção e o cuidado das vítimas e sobreviventes.

Em 2025, foi lançado o canal de *YouTube*, constituindo uma oportunidade estratégica para ampliar ainda mais o impacto da sua missão, através de conteúdos audiovisuais de sensibilização e informação. Esta plataforma permite comunicar de forma acessível, empática e envolvente com diferentes públicos, reforçando a cultura de proteção e prevenção. Além disso, facilita a partilha de testemunhos, formações, campanhas e esclarecimentos sobre temas complexos, promovendo a literacia emocional e social. Ao investir neste formato, o Grupo VITA afirma-se como referência na comunicação digital sobre proteção no contexto eclesial, alinhando-se com as melhores práticas internacionais.

A presença do Grupo VITA nas redes sociais está alinhada com as recomendações da Comissão Pontifícia para a Proteção de Menores, que, no seu mais recente relatório (2025), destaca: “A Comissão observa que o Grupo VITA também tem uma página no Facebook e uma presença no Instagram, que demonstra sensibilidade cultural na era das redes sociais” (p.96).



Em janeiro de 2026 o Grupo VITA disponibiliza **dois novos recursos**:

- **A Igreja que Escuta**- Diretrizes para encontros entre vítimas e sobreviventes e representantes da Igreja.
- **Guia de Apoio e Escuta** - Para familiares e amigos de vítimas e sobreviventes de violência sexual no contexto da Igreja Católica em Portugal.

2.1.1 A Igreja que Escuta - Diretrizes para encontros entre vítimas e sobreviventes e representantes da Igreja

Até à data, o Grupo VITA acompanhou vítimas e sobreviventes em 11 diligências, incluindo entrevistas pelas CD e pelos IVCSVA, bem como audiências junto dos Bispos. Este apoio ocorreu exclusivamente a pedido das vítimas e sobreviventes.



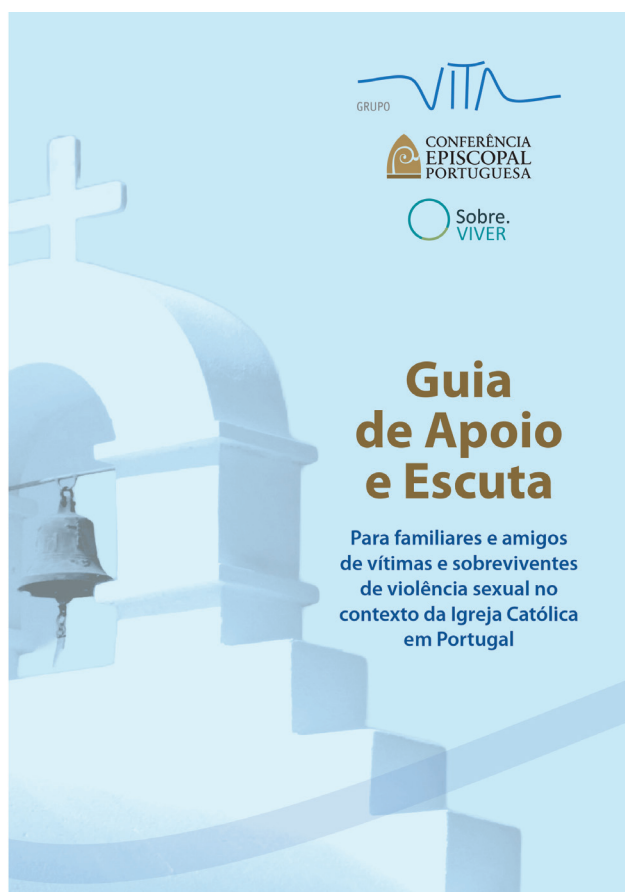
Reconhecendo a relevância destes momentos, que podem constituir uma oportunidade reparadora, mas que carecem de atenção e estrutura bem definida que evite um processo de revitimização, o Grupo VITA disponibiliza este novo recurso.

Este guia enquadra-se no âmbito da justiça restaurativa e das práticas informadas pelo trauma¹⁰, tendo como objetivo assegurar que os Encontros entre vítimas e sobreviventes e representantes da Igreja decorram com empatia, segurança e responsabilidade. Procura promover a escuta ativa, o reconhecimento do dano, os pedidos privados de desculpa e a reparação simbólica. Reúne e sistematiza as principais orientações e cuidados a observar antes, durante e após estes encontros, sem, contudo, substituir a indispensável preparação cuidada e individualizada de cada caso.

¹⁰ No site do Grupo VITA pode ser consultada informação mais detalhada sobre as práticas informadas pelo trauma.

2.1.2 Guia de Apoio e Escuta - Para familiares e amigos de vítimas e sobreviventes de violência sexual no contexto da Igreja Católica em Portugal

Uma situação abusiva tem impacto na vítima e sobrevivente, mas também em todo o sistema familiar e comunitário. Assim, este Guia tem a finalidade de servir como um recurso de apoio, ajudando os familiares e amigos das vítimas e sobreviventes de violência sexual a lidar melhor com esta realidade e a oferecer suporte adequado. Reconhece-se que os familiares e amigos nem sempre sabem como reagir perante estas situações, podendo também sentir diversas emoções — como choque, tristeza, raiva, impotência ou confusão —, que tornam o processo de apoio desafiante. Este Guia procura oferecer orientação prática e emocional, ajudando-os a compreender melhor o que estão a viver e a encontrar formas de estar presentes de maneira construtiva e solidária.



2.2 Capacitação

O Grupo VITA tem desenvolvido ações de formação e capacitação, ajustadas ao público-alvo e aos objetivos específicos, dirigidas principalmente às estruturas da Igreja, mas também a entidades da sociedade civil, e a pedido destas (p. ex., OA, DGE). No âmbito eclesial, foram realizadas formações a pedido do CNE, da APEC e do SNEC.

O Grupo VITA iniciou em 2024 um **Roteiro de Formação** presencial pelas Dioceses e por diversos IVCSVA. Até ao momento, realizaram-se ações formativas em 14 das 21 **Dioceses** (o que corresponde a 67% do total de Dioceses): Angra, Aveiro, Braga, Bragança-Miranda, Évora, Faro (Algarve), Funchal, Leiria-Fátima, Portalegre-Castelo Branco, Porto, Santarém, Setúbal, Vila Real e Viseu. Na Diocese de Setúbal, foram também dadas ações formativas junto de diversas IPSS. As restantes sete Dioceses (Beja, Coimbra, Guarda, Lamego, Lisboa, Viana do Castelo e Forças Armadas) não solicitaram formação.

As ações de formação têm sido dirigidas a padres, diáconos, agentes pastorais e elementos de IPSS. Estão já agendadas para janeiro de 2026 mais ações com as Dioceses de Aveiro e Leiria.

Relativamente aos **IVCSVA**, foram realizadas ações formativas com as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, o Centro Social e Paroquial de Oeiras, as Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, os Missionários do Espírito Santo, o Externato Marista de Lisboa e o Colégio Sagrado Coração de Maria.

Em 2025, o Grupo VITA organizou uma ação formativa sobre o tema do trauma complexo, dinamizada pela especialista Professora Ângela Maia, e dirigida aos profissionais integrados na Bolsa do Grupo VITA. Esta iniciativa constituiu uma oportunidade relevante de aprofundamento científico e técnico, contribuindo para o reforço das competências profissionais e para a qualificação da intervenção junto das vítimas e sobreviventes.

As ações de sensibilização e formação conduzidas até ao momento abrangeram um universo de mais de 4800 pessoas.

Em 2025, o Grupo VITA iniciou também um trabalho de maior proximidade com a APEC, com o objetivo de desenvolver **diretrizes de proteção e cuidado para todas as escolas católicas**. Para este fim, foi constituído um grupo de trabalho que servirá de motor deste processo de mudança. Ao longo do primeiro semestre de 2026, este grupo irá reunir e compilar toda a informação já existente, para posteriormente elaborar um documento orientador destinado a todas as escolas.

2.2.1 Congresso Internacional “Da Reflexão à Ação: O Papel da Igreja Católica na Prevenção e Resposta à Violência Sexual”

Realizou-se no dia 27 de novembro de 2025, no Centro Paulo VI, em Fátima, o primeiro Congresso Internacional *Da Reflexão à Ação: O Papel da Igreja Católica na Prevenção e Resposta à Violência Sexual*, um encontro que reuniu especialistas nacionais e internacionais para refletir sobre os desafios da proteção de crianças e adultos vulneráveis no contexto da Igreja Católica. O evento contou com a participação de investigadores, profissionais, dirigentes institucionais, jornalistas e representantes de projetos dedicados à prevenção e intervenção na área da violência sexual. O congresso contou com a presença de mais de 300 participantes, incluindo membros da Igreja Católica e outros profissionais e cidadãos provenientes de diferentes áreas.

A manhã iniciou-se com a sessão de abertura, com intervenções de D. José Ornelas (em representação da CEP), da Irmã Célia Cabecinhas (em representação da CIRP) e de Rute Agulhas (em representação do Grupo VITA), sublinhando o compromisso institucional e pastoral com a transparência, a justiça e o cuidado das vítimas e sobreviventes. Seguiram-se três conferências que marcaram o ritmo científico do encontro: O padre Hans Zollner (Itália) destacou a proteção de menores como parte integrante da missão da Igreja; Marie Keenan (Irlanda) analisou o percurso entre a negação e a responsabilização na realidade irlandesa, e Carlos Farinha, da Polícia Judiciária, apresentou a perspetiva criminal e investigativa sobre a criminalidade sexual contra crianças e jovens.

Durante a tarde, o painel “Saberes em Diálogo” reuniu contributos do jornalismo, da intervenção social e do escutismo, num espaço de reflexão interdisciplinar sobre práticas preventivas, comunicação e envolvimento comunitário. As mensagens finais ficaram a cargo de Pedro Carvalho (em representação da Pastoral Juvenil), Carla Rodrigues (em representação da Equipa de Coordenação Nacional das Comissões de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis) e Rute Agulhas (em representação do Grupo VITA), que sintetizaram aprendizagens e apontaram prioridades futuras, reforçando a importância de estruturas sólidas, práticas baseadas na evidência e respostas coordenadas.

O congresso encerrou com um conjunto de sete workshops temáticos, onde os participantes puderam aprofundar técnicas e programas específicos: prevenção da violência sexual (Rute Agulhas e Joana Alexandre), intervenção psicológica com vítimas e sobreviventes (Ângela Maia), compaixão na gestão de agressores (Daniel Rijo), justiça restaurativa (Marie Keenan), proteção institucional (Hanz Zollner), trabalho comunitário (Madalena Oliveira) e boas práticas internacionais de salvaguarda (Irene Salgado e Jane Leek). Estes espaços práticos permitiram transformar conhecimento em ferramentas de ação, alinhando-se com o propósito global do encontro: passar da reflexão à implementação efetiva de medidas protetoras.

O congresso destacou-se, assim, pela abrangência das perspectivas apresentadas, pela qualidade dos intervenientes e pelo compromisso comum com uma cultura de segurança, responsabilidade e reparação. Foi um momento de aprendizagem, partilha e afirmação pública da urgência de prevenir a violência sexual e de responder com rigor e humanidade às vítimas e sobreviventes, reforçando caminhos concretos para o futuro da Igreja Católica.

A **avaliação de satisfação** realizada pelos participantes — com um total de 198 respostas recolhidas até ao final de dezembro de 2025 — evidencia resultados muito positivos:

- Organização: 97,5% dos inquiridos classificaram a organização como *Excelente* ou *Boa*.
- Relevância dos temas: 99,5% consideraram os temas abordados *Muito Relevantes* ou *Relevantes*.
- Qualidade dos oradores e das apresentações: 95,4% avaliaram este aspeto como *Excelente* ou *Bom*.

No que respeita às sugestões de melhoria, foi sobretudo salientada a pertinência de repetir o evento com maior duração, bem como a necessidade de aperfeiçoar o sistema de tradução das apresentações em língua estrangeira.

Estes resultados refletem um elevado nível de satisfação por parte dos participantes e constituem um reforço significativo da qualidade global do evento.

2.2.2 Projeto Igreja + Segura

O **Projeto Igreja + Segura**, apresentado em novembro de 2025, é uma iniciativa que visa promover ambientes de confiança e proteção nas estruturas da Igreja.

O percurso organiza-se em duas fases complementares:

- **Fase 1 – Rede Igreja + Segura:** as instituições manifestam publicamente a sua vontade de aderir, assumindo uma Carta de Princípios com compromissos básicos de prevenção, escuta, transparência e apoio. Recebem o cartaz “Igreja + Segura” como sinal visível desse compromisso inicial.
- **Fase 2 – Selo Protetor Igreja + Segura:** após a implementação efetiva das medidas, as instituições passam por um sistema de auditoria independente. Só então recebem o Selo Protetor Igreja + Segura, que certifica de forma credível e pública a concretização dos compromissos assumidos.

A **Rede Igreja + Segura** é o **primeiro passo de mobilização e compromisso**, enquanto o **Selo Igreja + Segura** é o **reconhecimento oficial e auditado** da implementação efetiva das medidas.

Esta organização faseada apresenta diversos benefícios:

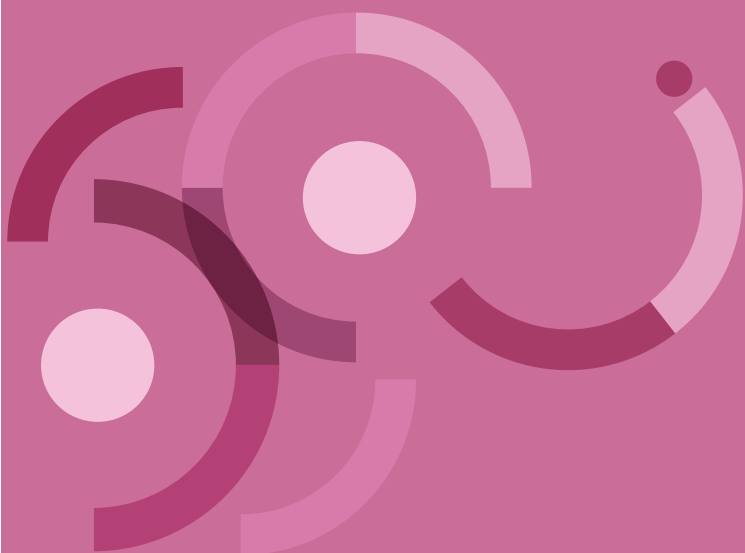
- **Clareza:** distingue entre adesão inicial (fase de compromisso) e certificação plena (fase de auditoria).
- **Progressividade:** permite que todas as estruturas entrem no movimento, mesmo que ainda não cumpram todos os requisitos.
- **Credibilidade:** o Selo só é concedido após verificação independente, reforçando a confiança pública.
- **Mobilização:** a Rede funciona como espaço de aprendizagem e apoio mútuo, preparando para a certificação.

IGREJA + SEGURA



3.

Investigação - ação



Com o objetivo de compreender de forma mais aprofundada a problemática da violência sexual no contexto da Igreja e de recolher dados que sustentem ações formativas e programas de prevenção, o Grupo VITA deu início, no ano letivo 2023/2024, a um conjunto de trabalhos científicos em parceria com instituições académicas.

3.1 Projetos de investigação concluídos

Cinco dissertações de mestrado foram concluídas até à data, orientadas cientificamente por dois elementos do Grupo VITA, docentes e investigadores do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e da UTAD. O terceiro Relatório de Atividades incluiu o resumo dos três primeiros estudos; neste documento apresenta-se o resumo do quarto e quinto estudos. A sexta dissertação de mestrado está em fase de conclusão.

Estudo 4 (desenvolvido por Tatiana Pinto)

Programa Girassol: *Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças no contexto da Igreja Católica em Portugal, para crianças dos seis aos nove anos.*



Prevenção da Violência Sexual no Contexto da Igreja Católica em Portugal

O presente estudo centra-se na construção do Programa *Girassol*, um programa de prevenção primária da violência sexual contra crianças, concebido especificamente para o contexto da Igreja Católica em Portugal, desenvolvido, para efeitos desta dissertação, para crianças entre os seis e os nove anos, apesar da sua versão final ser dirigida a crianças dos sete aos nove anos de idade.

O programa tem como objetivos específicos: a promoção de comportamentos saudáveis e de autoproteção; a aquisição de conhecimentos focados nas relações interpessoais (saudáveis e abusivas), nas emoções, nos toques (adequados e não adequados), na pertença do corpo, nos segredos (seguros e não seguros), nas estratégias da pessoa agressora, na Internet e os seus perigos, nas escolhas informadas e seguras, na comunicação assertiva e nos pedidos de ajuda. Os temas subjacentes a estes objetivos são os temas mais abordados em diferentes programas internacionais de prevenção primária da violência sexual contra crianças.

Para a sua construção, seguiu-se uma metodologia participativa, i.e., foi elaborado em co-construção com professores de Educação Moral e Religiosa Católica (n = 5) e catequistas (n = 51), através de entrevistas individuais, questionários e grupos focais.

O recurso a especialistas revela-se essencial, pois são eles que detêm os conhecimentos e a experiência capazes de enriquecer os conteúdos produzidos, conferindo-lhes maior clareza, rigor e coerência em função do contexto para o qual são concebidos. No âmbito eclesial, este envolvimento assume particular relevância, dada a inexistência, até ao presente, de programas específicos de prevenção da violência sexual contra crianças e da necessidade de compreender questões próprias do foro religioso, de modo a construir um programa pertinente e adequado a esta realidade. Neste processo, os professores de EMRC e os catequistas tiveram um papel preponderante.

Para abordar os temas supracitados, o Programa Girassol recorre a uma narrativa apelativa e ajustada à faixa etária das crianças a quem se destina. A proposta assume a forma de um *peddy-paper*, realizado por um grupo de crianças, com diferentes pontos de paragem, cada um deles concebido como oportunidade para explorar um tema ou conjunto de temas previamente definidos nos objetivos.

Cada tema integra três atividades específicas, desenvolvidas em grupo, sendo fundamental o envolvimento de um adulto dinamizador devidamente capacitado. Este adulto tem como função facilitar e estimular a discussão coletiva, assegurando a participação ativa de todas as crianças.



O programa contempla igualmente atividades dirigidas às famílias, reconhecendo que a prevenção primária da violência sexual deve envolver os adultos significativos da criança, provenientes de diferentes contextos.

Todas as atividades encontram-se reunidas num *Caderno de Atividades*, complementado por um *Manual do Adulto*, que fornece orientações práticas e pedagógicas para apoiar a implementação eficaz do programa.

No grupo focal realizado com a amostra de catequistas, os materiais foram apresentados numa fase quase finalizada, incluindo as ilustrações. A partir deste processo, foi possível recolher informação relevante: de uma forma geral, os materiais receberam uma apreciação positiva, tendo sido sugeridas apenas algumas alterações pontuais, sobretudo relacionadas com a linguagem, determinados elementos visuais e conteúdos de temáticas específicas (como Internet e Corpo), integrados no Caderno de Atividades.

Em síntese, as informações recolhidas junto dos catequistas apontam, sobretudo, para sugestões de inclusão de determinados conceitos e respetiva explicação (como, por exemplo, as emoções), reflexões sobre algumas tarefas ou ideias que possam complementar as atividades propostas, bem como ajustes ao nível do vocabulário e dos elementos gráficos. Embora quase todos os temas tenham sido analisados e comentados, as observações incidiram de forma mais significativa sobre os tópicos relacionados com o Corpo e a Privacidade, bem como com a Internet e as Escolhas Seguras.

Estudo 5 (desenvolvido por Joana Almeida)

“Girassol”: Avaliação da implementação de um Programa de Prevenção Primária do Abuso Sexual Infantil no Contexto da Igreja Católica em Portugal para Crianças de 1.º ciclo.

A presente dissertação teve como objetivo geral pré-testar as atividades que integram o programa “Girassol”. Como objetivos específicos, procurou-se avaliar a opinião das crianças destinatárias do programa relativamente à sua compreensão linguística, estrutura, dificuldades sentidas e sugestões de melhoria.



Participaram 19 crianças, com idades entre os seis e os 13 anos, organizadas em dois grupos focais, tendo em conta que o pré-teste decorreu em dois contextos distintos: um colégio católico e um grupo de catequese e escuteiros.

A aplicação iniciou-se com uma breve explicação às crianças sobre o programa “*Girassol*” e os temas a abordar. Seguiu-se a leitura das personagens, sendo-lhes apresentado o desafio de realizar um *peddy-paper*. Posteriormente, foram explorados os diferentes capítulos e desenvolvidas as atividades previstas.

Por razões de tempo, com o grupo do colégio foram aplicadas as atividades dos temas “Relações Saudáveis” e “Corpo e Privacidade”, a atividade 2 dos temas “Segredos e Estratégias da Pessoa Agressora” e “Comunicação e Pedir Ajuda”, a atividade 3 do tema “Internet e Escolhas Seguras”, bem como as atividades 1 e 2 do tema “Emoções”. Com o grupo da catequese e escuteiros, realizaram-se a atividade 2 do tema “Relações Saudáveis”, a atividade 3 dos temas “Emoções” e “Segredos e Estratégias da Pessoa Agressora”, e as atividades 1 e 2 dos temas “Internet e Escolhas Seguras” e “Comunicação e Pedir Ajuda”.



Foto © Clara Raimundo/7MARGENS

Após a realização das atividades, cada criança respondeu a um questionário de autorresposta, com questões como: “*Percebeste a história?*”, “*Percebeste o que era suposto fazeres na(s) atividade(s)?*”, “*Gostaste da história?*”, “*Gostaste da(s) atividade(s)?*” e “*Vais contar a algum amigo sobre este jogo?*”.

De forma geral, os resultados indicam que as crianças compreenderam as atividades (incluindo as personagens e instruções) e demonstraram uma atitude positiva face à narrativa e às personagens do programa. Contudo, sugere-se que o programa seja aplicado preferencialmente a crianças entre os sete e os nove anos de idade, em vez de a crianças de seis anos, considerando a relevância da aquisição da leitura para uma melhor compreensão das atividades propostas.

3.2 Programas de Prevenção Primária da Violência Sexual contra Crianças no Contexto da Igreja Católica em Portugal

Apesar de a sexta dissertação de mestrado não estar ainda finalizada, os Programas de Prevenção Primária da Violência Sexual contra Crianças no Contexto da Igreja Católica em Portugal encontram-se concluídos e disponíveis:

- a. *“Programa Girassol: Prevenção primária da violência sexual infantil, no contexto da Igreja Católica em Portugal, para crianças dos 7 aos 9 anos”.*¹¹
- b. *“Lighthouse Game: Jogo digital para prevenção primária da violência sexual infantil, no contexto da Igreja Católica em Portugal, para crianças dos 10 aos 12 anos”.*¹²

Estes programas de prevenção da violência sexual contra crianças são especialmente concebidos para o contexto da Igreja Católica em Portugal. Com base em evidência científica atualizada, constituem boas práticas de intervenção preventiva, promovendo a construção de ambientes mais seguros e relações mais saudáveis entre crianças e adultos.

Os programas foram desenhados para serem práticos, acessíveis e envolventes, incorporando uma abordagem lúdica e pedagógica, adaptada à idade e ao desenvolvimento das crianças, e sensível à complexidade do tema. O conteúdo foi cuidadosamente alinhado com os valores e princípios da fé cristã, assegurando coerência com a missão pastoral da Igreja e facilitando a sua aceitação no terreno.

Estas ferramentas promovem a prevenção de forma positiva e construtiva, capacitando pais e educadores, professores, catequistas e outros agentes pastorais com recursos eficazes, éticos e sustentáveis. Desde o seu lançamento, em setembro de 2025, têm vindo a ser desenvolvidas ações de formação para todos os que, no seio da Igreja, assumem o compromisso de proteger os mais novos.

Estes programas serão apresentados no "VI Congresso Internacional Ibero-Americano de Bioética" e "XII Congresso de Humanização e Bioética", que irão realizar-se no Brasil, em julho de 2026.

Entre outubro e dezembro de 2025, foram realizadas ações de formação sobre os programas de prevenção que abrangeram um total de 195 profissionais, sobretudo professores e catequistas.

¹¹ Vídeo de apresentação do programa: <https://www.youtube.com/watch?v=7zy5HyrHUIM>

¹² Vídeo de apresentação do programa: <https://www.youtube.com/watch?v=5PRpfF4qe44>

Destaca-se ainda o potencial de replicação destes programas — quer no âmbito nacional, em diferentes dioceses e movimentos da Igreja, quer em contextos internacionais com realidades semelhantes. Trata-se de um contributo relevante para a construção de uma cultura de proteção, respeito e cuidado nas comunidades de fé, com impacto direto e duradouro na vida das crianças.

Estes programas de prevenção estão alinhados com as recomendações da Comissão Pontifícia para a Proteção de Menores, que, no seu mais recente relatório (2025) destaca a importância de “implementar cursos de formação para menores que frequentem escolas católicas, para lhes proporcionar ferramentas cognitivas adequadas para identificar comportamentos de risco, quer aconteçam na escola, nas paróquias ou nas famílias. A Comissão acredita que isso tranquilizará ainda mais as crianças, de modo que se sintam mais confiantes para denunciar qualquer comportamento inadequado sofrido por elas ou pelos seus colegas da instituição”. (p.59).

Monitorização dos programas de prevenção primária

No presente ano letivo (2025/2026) encontram-se em desenvolvimento dois estudos de monitorização dos programas, em colaboração com duas alunas de mestrado do ISCTE.

3.3 Articulação com o Departamento Nacional da Pastoral Juvenil

O Grupo VITA destaca igualmente o trabalho desenvolvido em articulação com o Departamento Nacional da Pastoral Juvenil, centrado na formação e capacitação de representantes diocesanos, com vista à futura elaboração de um Manual de Boas Práticas dirigido a profissionais e agentes pastorais que intervêm com jovens. Paralelamente, encontra-se em desenvolvimento um conjunto de materiais preventivos especificamente concebidos para a adolescência, orientados por princípios de prevenção primária e promoção de ambientes seguros.



4.

Trabalho em rede e de articulação interinstitucional



4.1 Comunidade de Impacto Coletivo - Junt@s para Cuidar

No final de 2025, o Grupo VITA integrou esta Comunidade de Impacto Coletivo (CIC), impulsionada pela Fundação *Porticus*.

A *Junta@s para Cuidar*¹³ é composta por diversas organizações que trabalham com crianças e adolescentes e que desejam promover uma cultura de cuidado e bom trato. São entidades que já estão a trabalhar para transformar as suas próprias estruturas e, em muitos casos, também dentro da Igreja, mas que pretendem igualmente promover uma verdadeira mudança sistémica. Conscientes de que os abusos constituem um problema social muito mais amplo e complexo, reconhecem que só será possível avançar unindo esforços.

Os **valores** desta CIC são os seguintes:

1. Compromisso com a infância e com as vítimas/sobreviventes

A CIC assume a responsabilidade ativa de proteger, cuidar e promover o bem-estar e a participação das crianças e das pessoas mais vulneráveis, bem como de reconhecer e reparar aqueles que sofreram violência ou violação de direitos.

2. Participação transformadora

A CIC reconhece a participação ativa e significativa de crianças, jovens, vítimas, familiares e comunidades como motor essencial de mudança.

3. Cuidado como cultura transformadora

A CIC coloca o cuidado no centro de uma nova cultura organizacional. Este princípio orienta as formas de relacionamento e os processos internos, traduzindo-se também numa atenção específica ao cuidado de quem cuida.

4. Responsabilidade e prestação de contas

A CIC compromete-se a atuar com transparência, assumir as consequências das suas decisões e promover a aprendizagem coletiva — aspetos fundamentais para gerar confiança interna e externa.

5. Acordos e soluções suficientemente bons e seguros

A CIC não procura a perfeição nem o consenso absoluto, mas sim decisões coletivas que sejam seguras, viáveis e abertas à melhoria contínua, confiando na inteligência coletiva e na aprendizagem do grupo.

6. Reparação e justiça restaurativa

A CIC pretende reconhecer o dano, promover a cura e restaurar a confiança, consciente de que não existe verdadeira transformação sem reparação e reconciliação.

¹³ <https://puntodenube.com/cic/>

4.2 Processos de compensação financeira

4.2.1 Processo de elaboração do Regulamento

Nas últimas décadas, os casos de violência sexual no seio da Igreja Católica têm gerado um intenso debate público e institucional, evidenciando a necessidade de a Igreja enfrentar o passado e proteger as gerações futuras, através do reconhecimento, da reparação e da prevenção.

Em resposta a estas situações, a CEP e a CIRP sentiram a necessidade de implementar um mecanismo de compensação financeira para as vítimas e sobreviventes, com o objetivo de minimizar o impacto da violência sofrida. Para tal, solicitaram ao Grupo VITA, no final de 2023, colaboração neste processo.

Embora a atribuição de compensação financeira não se inscreva diretamente na missão do Grupo VITA, decidiu-se, tendo em conta os desafios éticos, legais e sociais envolvidos, bem como a melhor forma de reparar as vítimas e sobreviventes, elaborar uma primeira proposta de modelo de compensação. Esta proposta foi apresentada em abril de 2024 ao Conselho Permanente da CEP, em Fátima, mas não foi aceite. Posteriormente, o Grupo VITA integrou um grupo de trabalho, em conjunto com a ECN, para a elaboração de um Regulamento, aprovado pela CEP e pela CIRP em julho do mesmo ano.

O Grupo VITA manteve o entendimento de que a metodologia definida nesse Regulamento poderia ser adequada, em termos abstratos. Contudo, na sequência de críticas e sugestões provenientes de diferentes setores, às quais se mostrou sensível, e perante diversos constrangimentos na operacionalização dos processos — nomeadamente, na articulação com algumas CD e IVCSVA — decidiu apresentar uma proposta de alteração ao Regulamento, em novembro de 2024.

Em resposta a este pedido, a CEP emitiu, no dia 14 de novembro de 2024, uma adenda ao Regulamento, posteriormente também subscrita pela CIRP.

Salienta-se que a gestão do processo de atribuição das compensações financeiras é da responsabilidade da CEP, assumindo o Grupo VITA um papel ativo na escuta e avaliação das situações, em conjunto com outros elementos designados pela Igreja Católica.

4.2.2 Pedidos de compensação financeira

Até ao presente momento, foram recebidos 95 pedidos de compensação financeira, na sua esmagadora maioria junto do Grupo VITA. Destes, 63 pedidos foram solicitados por pessoas do sexo masculino e, 32, do sexo feminino.

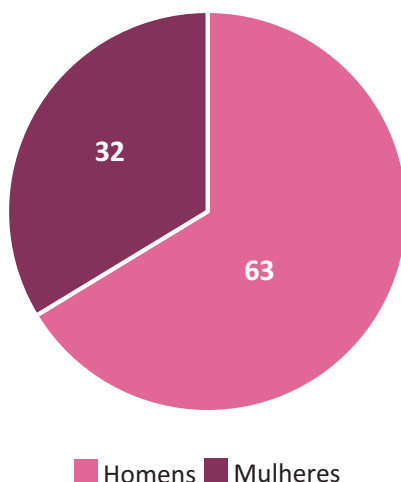


Gráfico 19. Pedidos de compensação financeira (por sexo).

Muitas pessoas que solicitaram compensação financeira já haviam sido anteriormente escutadas pelo Grupo VITA, que realizou na altura as respetivas sinalizações, assegurando proximidade e acompanhamento. Registou-se, contudo, o contacto inicial por parte de 46 pessoas, que recorreram ao Grupo VITA pela primeira vez, motivadas pela solicitação de compensação financeira. Este dado evidencia, por um lado, a confiança mantida pelas vítimas e sobreviventes já acompanhadas e, por outro, a capacidade do Grupo VITA de se constituir como porta de entrada para novas situações.

4.2.3 Funcionamento da Comissão de Instrução

Dos **95 pedidos de compensação recebidos até ao momento**, 11 não chegaram a ser escutados pela Comissão de Instrução- seis foram arquivados liminarmente (alguns por envolverem outras formas de violência, de natureza não sexual; outros por se referirem a violência sexual praticada por leigos sem qualquer ligação à Igreja), dois casos ficaram sem seguimento porque as pessoas denunciantes deixaram de responder aos contactos, e três processos não avançaram devido à ausência das pessoas nos agendamentos, sem pedido de reagendamento.

Dos restantes pedidos, **75 pessoas já foram entrevistadas**. Relativamente aos **9 pedidos mais recentes**, estão em fase de agendamento.

Com vista a facilitar a participação das vítimas e sobreviventes, as **entrevistas** são realizadas em locais próximos das respetivas áreas de residência. A Comissão de Instrução desloca-se para assegurar a concretização destas diligências, promovendo condições adequadas de proximidade e acessibilidade.

Em determinadas situações, sobretudo quando as pessoas não haviam sido previamente entrevistadas pelo Grupo VITA, pelas CD ou pelo IVCSVA — ou seja, quando o relato da vítima e sobrevivente não se encontrava documentado —, tornou-se necessário agendar duas entrevistas. Contudo, na maioria dos casos, foi realizada apenas uma entrevista por pessoa.

Cada entrevista tem tido uma duração média de duas horas e meia, procurando-se que seja um espaço de escuta ativa e respeito pelo tempo que cada vítima e sobrevivente necessita.

Importa sublinhar, uma vez mais, que as pessoas que já relataram previamente a situação abusiva — seja junto do Grupo VITA, das CD ou dos IVCSVA — não têm de repetir o seu testemunho, evitando-se assim situações de revitimização. Apesar desta indicação, que é reforçada no início de cada entrevista, várias pessoas manifestam o desejo de voltar a falar sobre o que aconteceu, referindo que tal lhes proporciona algum alívio e uma sensação de libertação.

Durante as entrevistas, as pessoas têm plena liberdade para tomar notas, colocar questões ou fazer pausas, nunca tendo sido imposto qualquer impedimento nesse sentido. Contudo, para salvaguardar a privacidade de todos os intervenientes, a Comissão de Instrução passou a solicitar que os telemóveis sejam desligados no início das sessões. Esta medida foi adotada na sequência de um lamentável incidente em que uma vítima tentou realizar uma gravação de forma ilícita, sem o conhecimento e consentimento das restantes pessoas presentes.

No início das entrevistas, é solicitada a assinatura de um termo de consentimento, confirmando que as pessoas que requerem a compensação financeira têm conhecimento do Regulamento que rege este processo.

4.2.4 Pareceres concluídos e entregues à Comissão de Fixação de Compensações

O Grupo VITA assumiu, desde o início, o compromisso de concluir a maioria dos pareceres, de forma a viabilizar o arranque dos trabalhos da comissão responsável pela fixação dos montantes. À data de 31 de agosto de 2025, já haviam sido entregues ao segundo grupo de trabalho 94% dos pareceres. Considerando que as entrevistas prosseguiram a partir de setembro de 2025, até ao final de dezembro de 2025 foram remetidos à segunda comissão 91% dos pareceres.



5.

Desafios, recomendações
e propostas para o futuro



Considerando o trabalho desenvolvido nos últimos dois anos e meio, o Grupo VITA considera que, em Portugal, tem sido trilhado um **percurso positivo** no sentido de construir uma Igreja mais segura, consciente e protetora. Destaca-se, de forma particular, a **crescente recetividade e o envolvimento** das diversas estruturas eclesiais, que têm demonstrado uma abertura progressiva ao diálogo, à formação e à adoção de boas práticas de prevenção e resposta à violência sexual. Sublinha-se, igualmente, a total **disponibilidade e colaboração por parte da CEP**, que tem permitido ao Grupo VITA desenvolver o seu trabalho com autonomia e isenção.

Apesar do caminho positivo que tem vindo a ser desenvolvido, o Grupo VITA constata, contudo, que **persistem metas por concretizar e objetivos por atingir**. Por isso, defende a importância de **dar continuidade ao trabalho desenvolvido, através de um projeto estruturado e sustentável**, alicerçado em objetivos claros e atividades estratégicas que reforcem a missão de prevenção, apoio e transformação no contexto da Igreja. **Este caminho de evolução é essencial para que CEP e a CIRP se mantenham na vanguarda** das respostas que têm vindo a ser construídas a nível internacional nesta matéria, assumindo um papel ativo e exemplar na promoção de ambientes seguros e na escuta das vítimas e sobreviventes.

Com base no trabalho desenvolvido pelo Grupo VITA ao longo de dois anos e meio, em estreita articulação com vítimas e sobreviventes, bem como com diversas estruturas da Igreja (a nível nacional e internacional) e da sociedade civil, apresenta-se de seguida uma **reflexão crítica** sobre as dificuldades e desafios sentidos, os aspetos que se consideram fundamentais alterar ou potenciar para uma mudança sistémica e transformadora (recomendações) e, por fim, uma proposta de atividades de continuidade do Grupo VITA.

5.1 Dificuldades e Desafios

- **Assimetria de poder:** Persistem desequilíbrios significativos entre crianças e adultos, bem como nas estruturas eclesiais, onde a autoridade espiritual e hierárquica é fortemente valorizada. Estes desequilíbrios criam contextos em que a obediência é incentivada e a contestação é desencorajada, aumentando a probabilidade de abusos de poder. Esta assimetria está intimamente ligada ao abuso de consciência, espiritual e/ou sexual, uma vez que a autoridade pode ser instrumentalizada para manipular, silenciar ou controlar. A ausência de mecanismos claros de supervisão e de cultura de responsabilização agrava ainda mais este risco.
- **Figura sacerdotal:** A percepção dos sacerdotes como figuras divinas ou moralmente superiores reforça a desigualdade de poder e dificulta a denúncia de comportamentos abusivos. Esta visão sacralizada pode levar fiéis — especialmente crianças e adultos vulneráveis — a acreditar que o sacerdote “não pode falhar”, criando um ambiente onde o questionamento é visto como desrespeito. Como consequência, vítimas e testemunhas podem sentir medo, culpa ou vergonha ao denunciar, receando represálias sociais ou espirituais. Esta idealização contribui para a perpetuação do silêncio e para a invisibilidade da violência.
- **Descrédito das vítimas e sobreviventes:** A percepção persistente de que as vítimas e sobreviventes mentem ou exageram fragiliza a escuta ativa e o reconhecimento das suas experiências traumáticas. Este descrédito pode manifestar-se através de dúvidas, minimização ou culpabilização, criando um ambiente hostil à revelação. Além de revitimizar, esta postura desencoraja outras pessoas a denunciar, perpetuando ciclos de silêncio. A falta de formação específica sobre trauma e memória contribui para interpretações erradas dos relatos das vítimas.
- **Ausência de estruturas uniformizadas:** A inexistência de centros de escuta, códigos de conduta e respostas especializadas implementadas de forma uniforme nas dioceses e congregações religiosas gera desigualdades significativas na proteção e no acompanhamento. Esta falta de padronização compromete a consistência da intervenção, dificulta a monitorização e impede a criação de práticas comuns eficazes. Sem estruturas claras, cada entidade tende a agir de forma isolada, o que fragiliza a confiança das vítimas e sobreviventes e dificulta a coordenação nacional.
- **Falta de prestação de contas:** Muitas entidades continuam sem apresentar relatórios claros, dados atualizados ou mecanismos de *accountability*. Esta ausência de transparência compromete a confiança no sistema e impede a avaliação rigorosa das medidas implementadas. Sem prestação de contas, torna-se difícil identificar falhas, corrigir procedimentos ou garantir que as recomendações são efetivamente aplicadas. A opacidade institucional contribui para a percepção de impunidade.

- **Articulação com algumas Comissões Diocesanas:** Persistem constrangimentos na articulação com algumas Comissões Diocesanas, que continuam a atuar de forma pouco integrada e com níveis distintos de maturidade organizacional. Esta falta de coordenação limita a eficácia dos processos, dificulta a uniformização das respostas e gera inconsistências no acompanhamento das vítimas e sobreviventes. A ausência de canais de comunicação claros e de procedimentos comuns agrava estas dificuldades.
- **Demora nas respostas:** Os tempos de resposta às vítimas e sobreviventes, bem como ao Grupo VITA, revelam-se frequentemente longos, gerando frustração e comprometendo a eficácia do apoio. A demora pode resultar de falta de recursos, burocracia excessiva ou ausência de procedimentos claros. Para as vítimas e sobreviventes, estes atrasos podem ser vividos como desvalorização do sofrimento e desencorajar a continuidade do processo.
- **Perceção centrada na “vítima”:** Ainda prevalece uma abordagem que enfatiza a condição de “vítima”, sem valorizar suficientemente o papel ativo dos sobreviventes no seu próprio processo de recuperação. É necessário evoluir para uma perspetiva que reconheça a resiliência, a capacidade de reconstrução e o protagonismo das pessoas que passaram por experiências traumáticas. Esta mudança contribui para práticas mais humanizadas e para uma narrativa menos estigmatizante.
- **Definição de “adulto vulnerável”:** O conceito de “adulto vulnerável” permanece subjetivo e pouco uniformizado, o que dificulta a sua aplicação prática. A falta de critérios claros pode levar a interpretações divergentes entre dioceses e instituições, comprometendo a proteção de pessoas que, por razões físicas, psicológicas, sociais ou espirituais, se encontram em situação de maior risco. Uma definição rigorosa e comum é essencial para garantir respostas adequadas e consistentes.
- **Mudança de paradigma:** É essencial reforçar o foco na prevenção da violência sexual, passando de uma abordagem predominantemente reativa — centrada na resposta após a ocorrência — para uma cultura de prevenção primária. Isto implica formação contínua, políticas claras, mecanismos de supervisão, sensibilização comunitária e investimento em ambientes seguros. A mudança de paradigma exige compromisso institucional e transformação cultural, colocando a proteção no centro da missão pastoral.
- **Equívocos sobre prevenção:** Ainda se confunde a prevenção da violência sexual com debates sobre sexualidade ou ideologia de género, o que gera receios infundados e funciona como um constrangimento significativo à adoção de programas de prevenção primária. Esta perceção distorcida leva muitas instituições a evitar o tema, atrasando a implementação de iniciativas essenciais para a proteção das crianças e jovens.

- **Narrativa de que os abusos pertencem ao passado:** A percepção de que os abusos são um problema “resolvido” ou circunscrito a épocas anteriores cria uma falsa sensação de segurança. Esta narrativa reduz a urgência de investir em medidas de prevenção contínua, levando algumas instituições a considerar que já não é necessário reforçar políticas, formar equipas ou implementar programas estruturados. Além disso, desvaloriza sinais atuais de risco e pode gerar resistência a mudanças organizacionais, porque se assume que o perigo já não existe.

5.2 Aspetos a melhorar / Recomendações

- **Redução das assimetrias de poder:** A diminuição dos desequilíbrios de poder exige a implementação de práticas que promovam relações mais horizontais entre crianças e adultos, bem como entre diferentes níveis da hierarquia eclesial. Isto implica criar espaços onde as crianças possam expressar opiniões, participar em decisões que lhes dizem respeito e ser ouvidas sem medo de represálias. Reforçar mecanismos de proteção — como supervisão adequada, formação contínua e políticas claras de interação adulto-criança — contribui para ambientes mais seguros. A redução das assimetrias também passa por promover uma cultura institucional que valorize a corresponsabilidade e a transparência.
- **Reconfiguração da figura sacerdotal:** A desconstrução da percepção do sacerdote como figura intocável ou divinizada é essencial para prevenir abusos e promover relações mais saudáveis. Ações de sensibilização dirigidas às comunidades podem ajudar a reforçar a ideia de que o sacerdote é um agente pastoral com responsabilidades humanas, éticas e legais, e não uma autoridade absoluta. Esta reconfiguração favorece uma cultura de proximidade, responsabilidade e igualdade, onde o questionamento é legítimo e a prestação de contas é vista como parte integrante da missão pastoral.
- **Credibilização das vítimas e sobreviventes:** Para combater preconceitos e estigmas, é fundamental desenvolver estratégias de comunicação e formação que promovam a escuta ativa e a validação dos testemunhos. Isto inclui capacitar agentes pastorais, equipas de proteção e comunidades para compreenderem o impacto do trauma, reconhecerem sinais de abuso e adotarem uma postura empática e não julgadora. A credibilização das vítimas e sobreviventes não só facilita a denúncia, como contribui para uma cultura de justiça e reparação.

- **Uniformização de estruturas:** A criação de centros de escuta, códigos de conduta e respostas especializadas de forma padronizada é essencial para garantir equidade e qualidade na intervenção. A uniformização permite que todas as dioceses disponham de mecanismos mínimos de proteção, independentemente da sua dimensão ou recursos. Além disso, facilita a monitorização, a avaliação e a melhoria contínua das práticas, assegurando que as vítimas e sobreviventes recebem apoio consistente e adequado em qualquer ponto do país.
- **Prestação de contas:** A implementação de mecanismos claros de *accountability* — como relatórios públicos, auditorias internas e externas, e sistemas de monitorização — reforça a confiança das comunidades e das vítimas e sobreviventes. A transparência permite identificar falhas, corrigir procedimentos e demonstrar compromisso com a verdade e a justiça. A prestação de contas deve ser entendida como uma prática ética e pastoral, e não como um mero requisito administrativo.
- **Melhoria da articulação institucional:** Reforçar a coordenação entre Comissões Diocesanas e o Grupo VITA é fundamental para garantir respostas integradas, coerentes e eficazes. Isto implica criar canais de comunicação regulares, partilhar boas práticas, harmonizar procedimentos e promover formação conjunta. Uma articulação sólida evita duplicação de esforços, reduz inconsistências e aumenta a capacidade de resposta em situações de risco ou denúncia.
- **Celeridade nas respostas:** A definição de prazos e protocolos claros é essencial para assegurar rapidez e eficácia no apoio às vítimas e sobreviventes. Tempos de resposta longos podem ser vividos como desvalorização do sofrimento e agravar o trauma. A celeridade deve ser acompanhada de qualidade na intervenção, garantindo que cada caso é tratado com rigor, sensibilidade e acompanhamento contínuo.
- **Valorização dos sobreviventes:** Evoluir para uma abordagem centrada nos sobreviventes implica reconhecer a sua resiliência, capacidade de reconstrução e papel ativo na transformação institucional. Esta valorização pode traduzir-se na inclusão de sobreviventes em processos consultivos, na criação de espaços seguros de partilha e na promoção de narrativas que reforcem a dignidade e a força de quem viveu situações de abuso. Esta mudança contribui para uma cultura menos estigmatizante e mais orientada para a reparação.
- **Clarificação conceptual:** A definição rigorosa do conceito de “adulto vulnerável” é crucial para garantir proteção adequada. A falta de uniformidade pode levar a interpretações divergentes e a lacunas na intervenção. A clarificação deve considerar fatores como idade, condição física ou mental, dependência emocional ou espiritual, isolamento social e relação com a autoridade religiosa. Uma definição clara facilita a identificação de situações de risco e a aplicação consistente das medidas de proteção.

- **Foco na prevenção:** Reorientar o paradigma de atuação implica colocar a prevenção no centro das políticas e práticas institucionais. Isto inclui formação contínua, programas educativos, supervisão adequada, avaliação de riscos e criação de ambientes seguros. A prevenção primária deve ser vista como um investimento estrutural e não como uma resposta pontual. Esta mudança de paradigma contribui para reduzir a incidência de abusos e fortalecer a cultura de proteção.
- **Esclarecimento sobre prevenção:** É fundamental desenvolver campanhas que expliquem claramente que a prevenção da violência sexual não se confunde com debates sobre sexualidade ou ideologia de género. Esta clarificação ajuda a reduzir resistências, medos e mal-entendidos que frequentemente bloqueiam a implementação de programas preventivos. Uma comunicação clara e pedagógica contribui para maior adesão das comunidades e para a criação de ambientes mais seguros.
- **Reconhecimento da atualidade dos abusos:** Combater a narrativa de que os abusos pertencem ao passado é essencial para manter o compromisso com a proteção. Esta narrativa cria uma falsa sensação de segurança e reduz o investimento em medidas preventivas. É necessário sublinhar que o risco continua a existir e que a vigilância, a formação e o acompanhamento devem ser contínuos. O reconhecimento da atualidade do problema reforça a urgência de agir e de consolidar uma cultura de proteção permanente.

5.3 Continuidade do Grupo VITA e Propostas para o Futuro

A **continuidade do Grupo VITA** revela-se essencial face ao conjunto de dificuldades e desafios ainda presentes no contexto eclesial português. Persistem assimetrias de poder, perceções distorcidas sobre a figura sacerdotal e resistências culturais que dificultam a denúncia e a proteção efetiva de crianças, adultos vulneráveis e sobreviventes. A ausência de estruturas uniformizadas, a falta de mecanismos consistentes de prestação de contas e as fragilidades na articulação entre e com Comissões Diocesanas e Institutos Religiosos demonstram que **o sistema de proteção ainda não atingiu a maturidade necessária para funcionar de forma autónoma e plenamente eficaz.**

Além disso, a lentidão nas respostas, a necessidade de clarificação conceptual e a urgência de reforçar uma abordagem centrada na prevenção — frequentemente comprometida por equívocos e narrativas que minimizam a atualidade dos abusos — evidenciam que **o acompanhamento técnico especializado do Grupo VITA continua a ser indispensável**. O Grupo desempenha um papel estruturante na promoção de práticas uniformes, na capacitação das equipas locais, na credibilização das vítimas e sobreviventes e na consolidação de uma cultura de transparência e responsabilidade.

Num momento em que a Igreja procura reconstruir confiança e garantir ambientes verdadeiramente seguros, a continuidade do Grupo VITA não é apenas recomendável: é uma condição necessária para assegurar coerência, rigor e compromisso efetivo com a proteção e a prevenção.

Neste contexto, apresentam-se diversas **propostas para o futuro**.

A. Apoio às vítimas e sobreviventes

- Garantir a continuidade da linha de atendimento telefónico e do acompanhamento psicoterapêutico especializado.
- Avaliar sistematicamente o impacto e a satisfação dos processos de apoio.
- Criar um sistema de acompanhamento pós-compensação financeira.
- Envolver ativamente vítimas e sobreviventes na definição de estratégias preventivas.
- Credibilização das vítimas e sobreviventes: Desenvolver campanhas públicas e ações de formação que combatam preconceitos e reforcem a escuta ativa.
- Valorização dos sobreviventes: Promover o reconhecimento da resiliência e do papel ativo dos sobreviventes na mudança cultural e institucional.

B. Formação e capacitação

- Expandir ações formativas a todas as dioceses e institutos religiosos.
- Desenhar ofertas específicas para diferentes públicos e aumentar o alcance formativo através de plataformas digitais.
- Tornar a formação obrigatória em seminários e noviciados.
- Implementar um sistema multinível de coordenação e supervisão.
- Redução das assimetrias de poder: Incluir módulos específicos sobre participação infantil e equilíbrio de poder nas estruturas eclesiais.
- Reconfiguração da figura sacerdotal: Desenvolver ações de sensibilização que desconstruam a perceção dos sacerdotes como figuras divinas, promovendo proximidade e responsabilidade.
- Clarificação conceptual: Rever e definir com maior rigor o conceito de “adulto vulnerável”, assegurando uniformidade na sua aplicação.

C. Prevenção e políticas institucionais

- Uniformizar procedimentos e garantir práticas de recrutamento seguro.
- Implementar códigos de conduta e canais de denúncia eficazes.
- Afixar informação pública em todas as estruturas da Igreja.
- Criar centros de escuta equipados e acessíveis.
- Implementar auditorias éticas participativas.
- Monitorizar programas de prevenção primária já existentes e desenvolver novos programas para jovens.
- Assegurar a obrigatoriedade de intervenção terapêutica para agressores.
- Esclarecimento sobre prevenção: Desenvolver campanhas que distingam claramente a prevenção da violência sexual de debates sobre sexualidade ou ideologia de género.
- Reconhecimento da atualidade dos abusos: Combater a narrativa de que os abusos pertencem ao passado, sublinhando a necessidade de investimento contínuo em prevenção e sensibilização.

D. Justiça restaurativa e reparação

- Desenvolver estratégias de reparação transformadora.
- Melhorar a comunicação entre a Igreja e as vítimas e sobreviventes, tornando-a mais célere e humanizada.
- Formar líderes e agentes pastorais em práticas de justiça restaurativa.
- Celeridade nas respostas: Definir protocolos com prazos claros para assegurar maior rapidez no apoio às vítimas e sobreviventes.

E. Investigação, comunicação e articulação interinstitucional

- Dar continuidade à investigação-ação e reforçar parcerias nacionais e internacionais (a nível ibérico, europeu e com países sul americanos).
- Criar recursos pedagógicos digitais e manter presença ativa nas redes sociais.
- Desenvolver projetos em rádio e televisão.
- Prestação de contas: Implementar mecanismos regulares de *accountability* e relatórios públicos, fortalecendo a transparência e a confiança no sistema.
- Melhoria da articulação institucional: Reforçar a articulação entre Comissões Diocesanas, Institutos Religiosos e o Grupo VITA, promovendo práticas integradas e uniformes.

6.

Considerações finais



O Grupo VITA reconhece que, em Portugal, tem sido trilhado um **percurso positivo** rumo a uma Igreja mais segura, consciente e comprometida com a proteção de crianças, adultos vulneráveis e sobreviventes. Observa-se uma crescente abertura das estruturas eclesiais ao diálogo, à formação e à adoção de boas práticas, acompanhada pelo apoio consistente da CEP, que tem assegurado autonomia, confiança e colaboração plena. Este progresso demonstra que existe vontade institucional para transformar a cultura organizacional e fortalecer mecanismos de prevenção e resposta.

Contudo, apesar dos avanços, persistem **desafios estruturais** que exigem atenção continuada: a assimetria de poder nas relações pastorais, a perceção sacralizada da figura sacerdotal, a descredibilização das vítimas e sobreviventes, a ausência de estruturas uniformizadas, a falta de prestação de contas e a demora nas respostas. Estes fatores revelam que a **mudança cultural ainda está em curso** e que a consolidação de ambientes verdadeiramente seguros requer um esforço coordenado, persistente e multidisciplinar.

Para enfrentar estas dificuldades, torna-se essencial reforçar a escuta e a valorização das vítimas e sobreviventes, reduzir desequilíbrios de poder, uniformizar procedimentos e estruturas, garantir *accountability* e transparência, melhorar a articulação institucional e assegurar maior celeridade nas respostas. **Nenhuma destas dimensões pode ser alcançada de forma isolada: exige-se um trabalho em rede sólido, contínuo e estruturado**, que envolva Comissões Diocesanas, o Grupo VITA, a CIRP, especialistas externos, comunidades locais e entidades civis. Só uma rede articulada permite partilhar conhecimento, alinhar práticas, evitar duplicação de esforços e garantir que todas as dioceses dispõem de respostas consistentes e de qualidade.

As **propostas para o futuro** passam pela continuidade do apoio especializado, pela expansão da formação e capacitação, pela implementação de centros de escuta e códigos de conduta, pelo alargamento de programas de prevenção a outras faixas etárias, pelo desenvolvimento de estratégias de justiça restaurativa e reparação, bem como pela promoção de investigação-ação e de uma comunicação ativa e transparente.

O trabalho em rede é aqui determinante, pois permite integrar diferentes saberes, assegurar coerência nacional e criar uma cultura de corresponsabilidade que fortalece todo o sistema de proteção.

Este caminho permitirá consolidar uma **mudança sistémica, sustentada e duradoura**, garantindo que a CEP se mantém na vanguarda internacional na promoção de ambientes seguros e na escuta das vítimas e sobreviventes. Mais do que um conjunto de medidas, trata-se de construir uma cultura de proteção que só se torna possível quando todos os atores trabalham de forma articulada, colaborativa e orientada para o bem comum.



CONFERÊNCIA
EPISCOPAL
PORTUGUESA

GRUPO **VITA**

